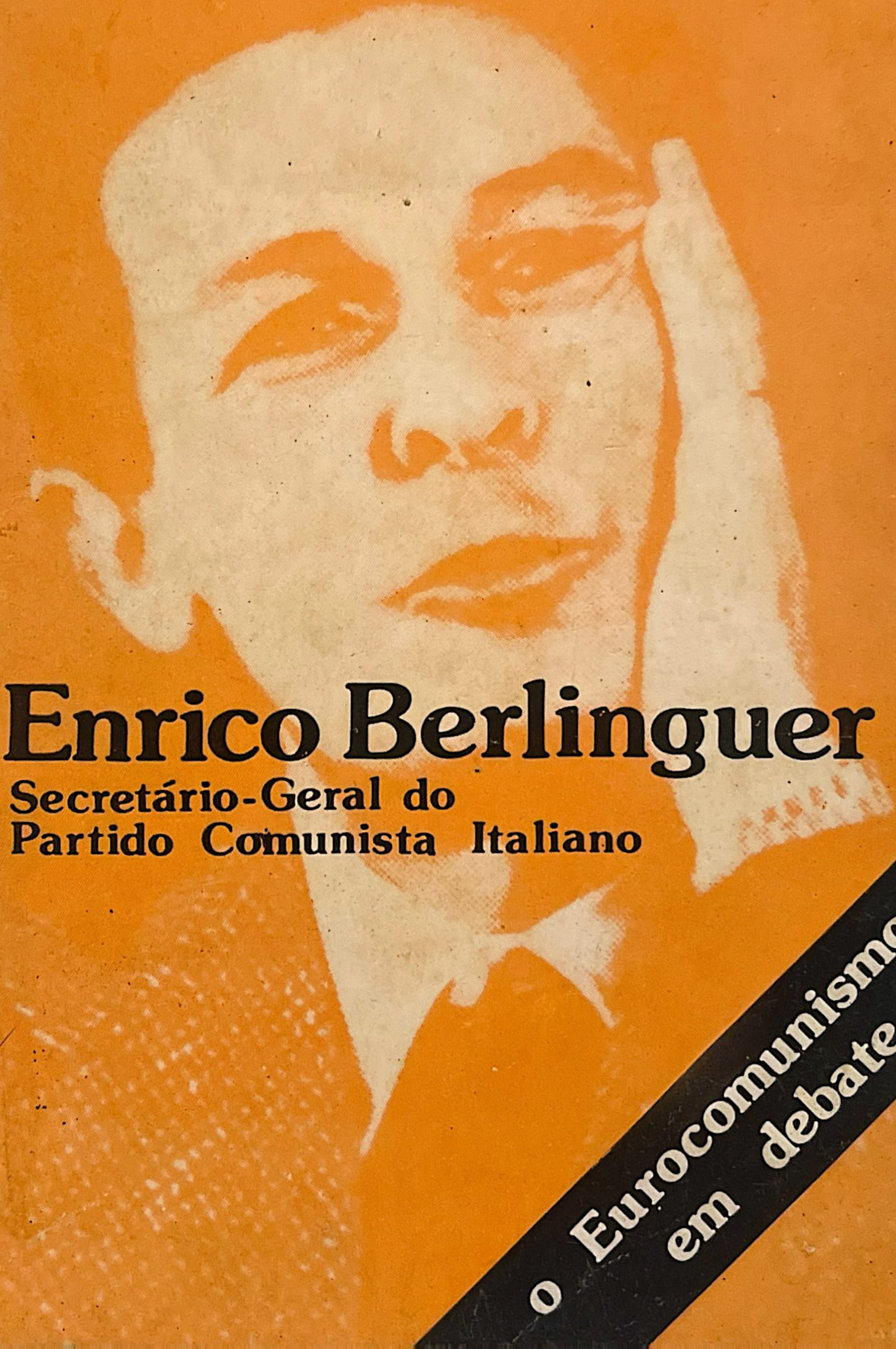
DO COMPROMISSO HISTÓRICO AO EUROCOMUNISMO



Enrico Berlinguer

Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano

o Eurocomunismo em debate

Colecção Argumentos | 4

ENRICO BERLINGUER

DO COMPROMISSO HISTÓRICO AO EUROCOMUNISMO

antídoto

1977

FICHA TÉCNICA

Título:
Do compromisso histórico ao eurocomunismo,
Enrico Berlinguer

Tradução: Serafim Ferreira

Direitos de reprodução desta edição reservados para todos os países de língua portuguesa.

1ª edição: Outubro de 1977

Edição Nº 24

Edições Antídoto
Rua da Beneficência, 121-1º -Dto
Lisboa 4
Tel: 76 92 93

RELATÓRIO APRESENTADO NO XIV CONGRESSO NACIONAL (18 de Março de 1975)

Camaradas:

Não é difícil certamente compreender quais os motivos porque foi seguido com interesse a preparação do nosso XIV Congresso e a expectativa criada em redor das suas decisões: expectativa de adversários, expectativa de outras forças democráticas e expectativa mesmo, plena de confiança e de esperança, da classe operária e de milhares de trabalhadores.

Ao ponto crucial a que chegou a crise da sociedade italiana, todos reconhecem a importância decisiva que têm os problemas comunistas. Quer

dizer, por um lado a linha e a acção do nosso partido e, por outro lado, a atitude de todas as outras forças políticas e sociais a nosso respeito. Na Itália dos nossos dias o problema do PCI (Partido Comunista Italiano) é a pedra de toque para todos. Porquê? Porque através das lutas ao longo de mais de cinquenta anos e através da política, das iniciativas e do trabalho destes últimos anos, o Partido Comunista alcançou tal força que isso o coloca no centro da vida política nacional.

A tudo isso se acrescenta que a actual crise italiana faz parte de uma crise, realmente profunda, que afecta todos os países do mundo capitalista e se inscreve naquilo que temos hesitado em definir como a nova fase da história do Mundo.

Neste momento, os destinos do nosso país dependem em larga medida do desenvolvimento dessa crise mundial mais vasta, mas a forma como se resolver a crise da sociedade italiana exercerá um peso considerável sobre as vicissitudes económicas e políticas de outros países especialmente dos da Europa e do Mediterrâneo. Isto explica, sobretudo neste último período, porque é que o problema italiano se não discute apenas na Europa, mas também para lá das suas fronteiras. Naturalmente que se preocupam com o futuro do nosso país através de intenções e atitudes diversas, talvez mesmo opostas. Mas é geral o reconhecimento de que, em Itália, o problema dos comunistas é hoje o ponto-chave.

Portanto, destas primeiras considerações emergem já quase todos os temas principais que o nosso Congresso é chamado a discutir e decidir.

Acima de tudo, trata-se de actualizar a nossa posição acerca da situação europeia e mundial e definir os objectivos que devemos encarar para dar o nosso contributo às lutas e ao avanço do movimento operário e democrático, europeu e mundial, em que nos inserimos e sempre de acordo com a linha que nos caracteriza.

Ao mesmo tempo devemos fazer o ponto da crise italiana — nas suas relações com a crise do mundo capitalista, com a situação internacional global e com as suas específicas pecularidades — para podermos delinear cada vez melhor as nossas proposições, os objectivos das nossas lutas e as perspectivas gerais que pretendemos abrir para o país.

Finalmente, o Congresso deverá abordar ainda o problema do Partido para aprofundar as razões que o fizeram ser o que hoje é, para aperfeiçoar os seus instrumentos e métodos de trabalho e, sobretudo, para utilizar plenamente, como há pouco tempo ainda nos exortou o camarada Luigi Longo, a nossa força política e ideológica, de combate e de organização pelos fins de valor supremo para os trabalhadores e para o país que se encontram hoje historicamente preparados e são historicamente necessários.

Ninguém pode negar — e, com efeito, ninguém

nega — que o balanço que o Partido Comunista pode apresentar dos três anos decorridos desde o Congresso anterior é um balanço altamente positivo pelas batalhas travadas em todos os campos, pelo prestígio alcançado em novas camadas da população, pelo desenvolvimento das suas estruturas organizativas. Não pensamos ser exagerado afirmar que este é talvez o aspecto positivo mais evidente da vida italiana destes últimos anos, que é realmente um ponto aceite sobre aquilo que o país pode contar numa situação tão crítica e insegura. Mas precisamente porque devemos encarar com gravidade esta situação, nós, comunistas, desejamos fugir a qualquer complacência e aceitamos toda a responsabilidade pelas tarefas que as circunstâncias actuais nos impõem. Gostaríamos que todos os partidos democráticos, começando pelos maiores, dessem provas de encarar os problemas da sua vida interna e das suas relações com o país dentro de um espírito crítico que os comunistas procuraram evidenciar no debate em redor da preparação do Congresso, ao mesmo tempo que desejamos que isso caracterize também este nosso encontro nacional.

A análise e a linha do Relatório bastante amplo apresentado na reunião de 10-12 de Dezembro que convocou o XIV Congresso foram submetidas nestes meses a uma dupla verificação: a do debate interno nas nossas organizações e a dos próprios acontecimentos. E parece que podemos agora dizer que essas duas verificações resistiram à prova.

Assim, isso torna possível abrir este Congresso com um Relatório um pouco menos amplo do que o de Dezembro, mas que se demore menos, sobretudo, nas partes programáticas. Desejaríamos que não se interpretasse como esquecimento ou mudança de atitude política já expressa o que, afinal, não passa de mero propósito com o objectivo de não incorrer em excessivas repetições.

Trata-se, pois, de abordar os mais recentes progressos da situação interna e internacional, examinar as questões e propostas mais importantes que surgiram no decorrer do debate nas organizações do Partido, dar resposta a interrogações que surgiram na confrontação com outras forças populares e democráticas e em polémicas políticas travadas nestes meses, acabando finalmente por se resumir e precisar nos seus pontos essenciais a nossa linha de luta, o sentido das soluções que propomos e as nossas intenções.

I

A NECESSIDADE MAIS PREMENTE DO MUNDO ACTUAL: CONSTRUIR UM SISTEMA DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA E DE COOPERAÇÃO ENTRE TODOS OS PAÍSES

1. Rápido agravamento da crise no mundo capitalista

O juízo que fazemos da situação global italiana e mundial levou-nos a definir uma linha que se caracteriza por uma fundamental inspiração unitária. No plano interno, esta linha exprime-se na perspectiva do "compromisso histórico" e, no plano internacional, na da mais ampla cooperação de povos e Estados de todos os continentes.

A luta travada por um efectivo sistema de coexistência pacífica e de cooperação é a única que pode permitir evitar o desastre da guerra atómica, quebrar a lógica agressiva e catastrófica do actual imperialismo e abrir caminho que coloque todos os

recursos materiais e humanos, todas as conquistas e possibilidades da ciência e da técnica — incluindo mesmo as realizadas nos países capitalistas — ao serviço da paz e do desenvolvimento económico, social e cívico de todos os povos e do Mundo inteiro.

No decurso dos últimos meses, a crise que afecta os países capitalistas separadamente e o sistema capitalista e imperialista mundial agravou-se rapidamente, dia após dia e em todos os seus aspectos, revelando-se muito mais complexa e aguda do que se poderia prever até há pouco tempo, quer por parte dos diversos governos, quer mesmo da maioria dos economistas.

O facto mais evidente, a partir do passado Outono, é a queda ou estancamento das actividades produtivas que se alargaram já à toda a zona dos países capitalistas evoluídos, enquanto persistem fortes impulsos inflaccionistas e aumenta a desordem no domínio monetário e nos mercados financeiros, caracterizados por uma crónica instabilidade e por desenfreadas e incontroladas actividades especulativas.

Particularmente grave, porém, é a recessão actual verificada nos Estados Unidos. A produção industrial, que em 1973 tinha aumentado perto de 9º/o em relação a 1972, diminuiu em 1974 1º/o em relação a 1973, mas os últimos dados, relativos a Janeiro de 1975, indicam que a quebra relativamente a Janeiro de 1974 é já de 3,6 por cento. As consequências desta recessão fazem sentir-se duramente no sector do emprego: em 1973, os desempregados atingiam 4,9 º/o da força de trabalho, mas a percentagem subiu agora para 8,2º/o, ou seja, existem perto de sete milhões e meio de desempregados. Também no Japão se verificou em 1974 uma queda sensível nas actividades produtivas (com limites que chegam aos 13 por cento) e do emprego. Na Europa Ocidental, também a Alemanha Federal — isto é, o país cuja economia parecia ser a mais sólida e a menos exposta à crise — regista em Dezembro de 1974 uma diminuição no índice da produção industrial de 9,5º/o relativamente a Dezembro do ano anterior e uma percentagem de desemprego que passou de 1,3º/o para 5,1º/o, equivalente a um número de desempregados que ultrapassa um milhão, número esse a que se deve acrescentar mais de 700 000 trabalhadores sujeitos a horário reduzido e consideráveis massas de trabalhadores estrangeiros, entre os quais muitos italianos, obrigados a regressar aos seus países.

Se tivermos em conta os sete principais países capitalistas (Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, França, Grã Bretanha, Itália e Canadá), verificamos que o seu produto nacional global bruto diminuiu entre 1973 e 1974 na ordem de 0,5 por cento. As previsões para o primeiro semestre de 1975 relativas aos 24 países capitalistas industriais membros da OCDE (Organização para a Coopera-

ção e o Desenvolvimento Económico) indicam que a diminuição do produto bruto deveria chegar até 3 por cento, o que se traduzirá numa nova e sensível diminuição de todas as actividades económicas e do volume das trocas (com consequências que poderão ser muito graves, se pensarmos num país como o nosso, sobre as possibilidades reais de uma reactivação económica que tenha ainda o propósito, como noutras ocasiões, de aumentar essencialmente as exportações).

No sector dos países da Comunidade Económica Europeia, houve, entre Janeiro de 1974 e Janeiro de 1975, um aumento de mais de um milhão de desempregados. A recente Conferência Nacional da emigração trouxe à luz do dia como são pesadas as consequências que isto causa aos trabalhadores italianos.

Um dos aspectos característicos da crise económica em curso baseia-se no facto de que, apesar da queda consistente das actividades produtivas e da procura interna e internacional, apesar da tendência geral para o estancamento e até para a diminuição do próprio volume físico do comércio mundial, e não obstante as políticas deflaccionistas adoptadas pelos governos, a taxa de inflacção continua a ser bastante elevada. Referindo-nos aos últimos dados, os de Janeiro de 1975 e relativamente aos de Janeiro de 1974, basta observar que o aumento dos preços de consumo foi de 11,7% nos Estados Unidos, 14,5% em França, 19,9% na Grã-Bretanha,

21% na Itália e 22,1% no Japão. E é significativo verificar que os preços aumentaram muito mais noutros países (em Itália nada menos de 33,6% em Dezembro de 1974, relativamente ao mesmo mês do ano anterior).
Muito diferente é o aspecto que revelam hoje os países da zona socialista. É evidente que também nestes países, e especialmente nos que dispõem de menores recursos ou cujas economias se encontram fundamentalmente ligadas ao comércio externo, reflecte-se em certa medida no aumento dos preços mundiais das matérias-primas. Mas o dado fundamental é que em todos os países socialistas se registou em 1974 e prevê também no futuro um acentuado desenvolvimento produtivo. No relatório anual tornado público há pouco sobre o avanço da economia nos países do COMECON resulta que nestes países, encarados globalmente, a produção em 1974 aumentou em 8,5% relativamente a 1973. Além disso, enquanto os trabalhadores dos países capitalistas se vêem duramente afectados pelo aumento do desemprego e pela carestia da vida, nos países socialistas registam-se posteriores melhorias nas condições de vida dos povos e no seu desenvolvimento cívico e cultural.

Realmente isto é um facto: no mundo capitalista há crises, no mundo socialista não. Mas para lá das formas e instituições políticas em que a construção do socialismo se realizou até hoje è que em muitos aspectos, mesmo essenciais, não podem ser

aqueles em que se realizará noutros países e regiões do mundo, demonstra-se assim o socialismo através da planificação e de uma efectiva direcção da economia nacional no interesse da colectividade, está em condições de garantir a continuidade do desenvolvimento produtivo e o aumento progressivo do bem-estar social. Além do mais, é universalmente reconhecido que nesses países existe um clima moral superior, enquanto as sociedades capitalistas se vêem cada dia mais afectadas por uma decadência de idealismos, de valores éticos e de processos cada vez mais amplos de corrupção e de desregramento.

Como sabemos através da nossa doutrina e pela experiência do último século, as crises cíclicas do sistema capitalista são a fase em que se evidenciam todas as contradições da acumulação capitalista, mas foram também sempre a fase que precedeu uma certa reactivação. Mas é pouco significativo que as actuais previsões dos próprios governos e economistas dos países capitalistas sobre o momento em que deveria produzir-se o início da reactivação se deslocam continuamente para a frente: a reactivação que era anunciada para o primeiro semestre de 1975, vislumbra-se agora para fins de 1975 ou mesmo, na opinião de outros, para meados de 1976. Porém, ainda mais significativo é saber-se que se prevêm de todos os modos que, se continuarem agarrados aos esquemas que guiaram as políticas de apoio aplicadas em diferentes formas durante as crises cíclicas produzidas antes e depois da Segunda Guerra Mundial, a reactivação irá revelar-se inevitavelmente acompanhada de um novo salto do processo inflaccionista, sendo cada vez maior a percentagem de desempregados. Verificar-se-à, pois, uma acentuação dos elementos de insegurança característicos do avanço da economia capitalista no período actual e um agravamento, dentro de espaços cada vez mais limitados, com ritmos cada vez mais estreitos e tensões cada dia mais agudas, das suas contradições internas.

Portanto, fica provado que se na actual crise existe um aspecto "ciclico", ainda hoje mais acentuadamente grave, complexa e duradoura, ela caracteriza-se afinal por eventos e factores novos, tanto no plano internacional como no plano interno das relações sociais dos países capitalistas. O evento novo e decisivo — amplamente evidenciado já no Relatório do passado mês de Dezembro — foi e é a redução da área de dominação e exploração imperialista em consequência da existência e consolidação da área económica socialista e do impulso para a emancipação económica e política que cada dia se manifesta mais vigorosa e profundamente na área dos países em mudança. Mas existe apesar de tudo outro factor, que é revelado pela maior combatividade da classe operária dos países capitalistas, que sabe defender-se de forma muito mais aguerrida que nos decénios passados e realizou con-

quistas de tipo novo (salário garantido, maiores subsídios por doença, algumas formas de controle sobre a utilização da força de trabalho, etc.). Este factor novo, ao mesmo tempo que refreia de modo mais ou menos relevante a falta de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores, faz com que seja mais complicado o uso dos mecanismos adoptados no passado para superar as crises, descarregando os seus encargos sobre as massas trabalhadoras. Por isso, também deste mesmo ângulo se manifesta cada vez mais evidente a necessidade objectiva de soluções novas para quem esteja interessado em evitar que as saídas da crise se procurem através de soluções reaccionárias ou aventureiristas.

Muitos dos factos ocorridos nos últimos meses demonstram sobretudo que uma parte dos grupos dominantes dos países capitalistas tende a mover-se precisamente na direcção de tentativas antidemocráticas ou ameaça com aventuras bélicas.

Particularmente preocupante é o avanço das forças de direita e de grupos abertamente reaccionários na República Federal Alemã. Infelizmente, as iniciativas do grupo cristão-democrata, à frente da qual se encontra Strauss, não encontram uma adequada resposta em toda a social-democracia alemã, uma parte da qual parece repetir o clássico erro de alguns partidos social-democratas que, para conter as pressões e as perdas para a direita, se deslocam por sua vez para a direita.

Nos últimos meses, os principais dirigentes norte-americanos repetiram por diversas ocasiões as ameaças de intervenção militar contra os países produtores de petróleo no caso de ninguém decidir baixar os actuais preços. Que peso se deve atribuir a esta política de intimidações? Seria um equívoco subestimar os perigos, sobretudo porque essa política se concentra numa região — o Médio Oriente — na qual aliás se encontra por resolver, e a todo o momento pode mesmo precipitar-se, o conflito israelo-árabe. E, apesar de tudo, os dirigentes norte-americanos parece que apostam em fazer a divisão entre os países árabes mais interessados na solução deste conflito, pensando que assim é possível isolar as forças mais avançadas do mundo árabe e dando a ilusão de poder resolver o problema candente que é o do reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino.

Muito alarmante é também nos Estados Unidos a pressão a favor de uma massiva e directa intervenção das forças armadas norte-americanas no Cambodja, a que se liga o apoio que se continua a dar ao Vietname do Sul, sobretudo a essa camarilha corrupta e sanguinária de Van Thieu e a sua acção de sistemática violação dos acordos de Paris.

A justa consideração destes perigos não deve, é claro, obscurecer a verificação das dificuldades e resistências com que tem de contar qualquer avanço para aventuras de natureza bélica. Entretanto, no Mundo dos nossos dias, existe uma grande realidade representada pela União Soviética, pelos outros

países socialistas e pela sua firme e persistente acção em defesa da paz. Em segundo lugar, as chantagens e as intimidações são energicamente recusadas pelos países árabes e pelos outros países produtores de petróleo. E nem sequer os povos do Cambodja e os combatentes do Vietname do Sul se deixam atemorizar. Finalmente, não se devem menosprezar as oposições que o tão falado recurso a uma política de força contra os países produtores de petróleo suscita nos círculos dirigentes dos outros países capitalistas e até mesmo dos Estados Unidos. As dificuldades e resistências que se levantam contra aventuras de guerra mostram-se tão grandes que por parte de muitos se emite a suspeita de que as ameaças de Ford e de Kissinger propõem essencialmente duas finalidades: desviar para sugestões de tipo nacionalista o amplo descontentamento do povo norte-americano acerca dos seus actuais governantes e, ao mesmo tempo, manobrar para manter uma política de preços dos produtos petrolíferos que, mesmo não resolvendo as dificuldades com que hoje se debate a própria economia norte-americana, continue a dar duros golpes nas economias dos países capitalistas e, acima de tudo, no Japão e nos países da Europa Ocidental.

Por outro lado, é significativo que as posições reaccionárias do grupo encabeçado pelo senador Jackson — posições de hostilidade ao desenvolvimento do diálogo norte-americano e soviético — tenham sido recusadas pela própria administração

Ford-Kissinger, enquanto no partido democrático parece que volta a assumir toda a força a corrente política de alargamento e cooperação europeia e mundial.

2. Problemas e perspectivas de alargamento e de cooperação

A necessidade e possibilidade da expansão internacional assenta em sólidos factores objectivos e em forças que estão em permanente evolução. A favor da distensão não joga apenas o medo da catástrofe atómica, mas também outras causas, com o peso francamente intolerável da corrida aos armamentos, enormes interesses económicos e, sobretudo, a aspiração incontida de centenas de milhões de homens simples para um futuro de paz, de justiça e de tranquilidade.

Com efeito, desde 1953 a tendência que tem predominado é aquela que conduz, embora de modo tortuoso e superando momentos de crises muito agudas, para a distensão e a coexistência. É insensato propor-se de qualquer forma deter este curso histórico. A tarefa consiste hoje em fazer avançar esse curso para uma nova fase caracterizada pela activa construção de um sólido e seguro ambiente mundial de coexistência pacífica e de cooperação para o desenvolvimento de toda a Humanidade e

pela justiça em todas as zonas do nosso planeta.

Para lá desta perspectiva, só pode haver um futuro obscuro de tragédias inimagináveis, de cujas dimensões, claro, alguns homens da ciência procuraram dar visões espectaculares, examinando as consequências que derivariam para a Humanidade se continuassem a desenvolver-se dentro do actual modo anarquista e incontrolado algumas tendências como as que estão realmente em curso: o agravamento dos desequilíbrios económicos, as crises e devastações determinadas pela carência de uma política racional e unitária dos recursos, a extensão dos fenómenos de desnutrição, carestia e seca, a expansão das doenças endémicas, o aumento da desordem e a repetição de crises cada vez mais frequentes e agudas em todos os sectores da vida dos países capitalistas evoluidos.

Mas não podem restar dúvidas de que a cooperação é a única via para evitar todas essas tragédias e por isso devemos ter bem presente que não é nada fácil alcançar o objectivo de um sistema mundial de cooperação. Exige uma luta árdua e complexa, porque se trata de derrotar interesses sórdidos e estreitos, mas muito poderosos, que se opõem e contrariam, segundo uma lógica intrínseca, os actuais mecanismos do imperialismo e do capitalismo.

Na verdade, o tema da cooperação internacional encontra-se hoje no centro de toda a nossa atenção. Foi enfrentado no decurso dos últimos meses pelos governos capitalistas e os organismos

internacionais, quer por parte dos governos de países do Terceiro Mundo e pelos economistas e técnicos de outras matérias. E, em alguns casos, chegou-se à formulação de projectos ou propostas mais ou menos definidas.

Entre as diversas propostas, cabe atribuir grande importância às da administração dos Estados Unidos. O ponto que marca essas proposições, que de resto não são projectos académicos, mas que se traduzem em gravosas pressões económicas e políticas e até mesmo ameaças e chantagens, é que todas elas tendem a salvaguardar e reforçar a supremacia norte-americana na Europa Ocidental (além do Japão e de outros países capitalistas) e a favorecer a extensão da influência norte-americana, em termos neo-colonialistas, nos países do Terceiro e do Quarto Mundo. Revela-se terrível a preocupação dos Estados Unidos para impedir que se desenvolvam, nas relações com os países do Terceiro Mundo, especialmente com os produtores de petróleo, iniciativas autónomas de outros países capitalistas ou dos seus directos representantes. Explica-se assim também a insistência dos Estados Unidos para a formação preventiva de um bloco ou de um certo entendimento conjunto predeterminado entre os principais países capitalistas importantes e consumidores de petróleo. Trata-se, evidentemente, de uma atitude inaceitável, a qual se vai mesmo assim revelando inaplicável, sobretudo porque os países produtores declararam já que não podem aceitar

negociações entre blocos e também porque o acordo entre os principais países consumidores se revela bastante dificil. Mas é um facto que a insistente pressão norte-americana tem como resultado imediato a ausência de qualquer tentativa real de negociações.

Propostas, ideias e também qualquer iniciativa de carácter em parte distinto foram formuladas neste último período por parte de alguns governos e representantes do mundo económico de outros países capitalistas. Essas propostas, embora se distingam nalguns aspectos da posição assumida pelos norte-americanos (por exemplo, algumas procuram evitar que se tome como ponto de partida a formação de um bloco dos grandes países consumidores), exprimem também uma linha bastante unilateral e em substância negativa. Mas acima de tudo continuam a considerar exclusivamente ou quase os problemas do petróleo, que por acréscimo se reduzem de facto aos seus termos financeiros (o chamado problema da "reciclagem" dos petrodólares), recusando uma negociação que abarque também os problemas dos preços e das trocas de outras matérias-primas e dos produtos industriais. Em segundo lugar, estas proposições excluem realmente um compromisso aberto de carácter mundial para resolver um problema tão decisivo e vital como é o de levar a cabo o desenvolvimento económico moderno das extensas áreas mais atrasadas e pobres do Mundo. E daí deriva que se agrave um dos mais angustiosos e evidentes desequilíbrios do Mundo actual: um desequilíbrio intolerável para a consciência humana e que corre o perigo de comprometer irremediavelmente o futuro da Humanidade.

Em certos aspectos, distinguem-se de outras propostas formuladas por destacados políticos e economistas dos países capitalistas avançados as ideias expostas há alguns meses pelo governador do Banco de Itália.

Não é sequer necessário salientar que certas opiniões do doutor Carli sobre as questões específicas da política italiana são superficiais e seria de desejar que, dada a delicadeza das suas funções, fosse mais cauteloso nos juizos sobre partidos italianos e nas suas abordagens políticas. O que não nos impede que se deva atribuir a devida atenção às ideias por ele expostas em matéria de cooperação económica internacional. O ponto de maior relevo é o que respeita à necessidade de sair dos esquemas que afligem a questão do défice petrolífero em termos puramente financeiros e encaminhá-la em contrapartida em termos económicos — quer dizer, mediante um fluxo de produtos e serviços entre os principais países produtores e consumidores de petróleo — com um mecanismo de que podem tirar algum beneficio os países menos desenvolvidos e mais pobres em matérias-primas.

No entanto, é significativo que a propósito deste mecanismo o governador do Banco de Itália se refira a uma espécie de novo "Plano Marshall". Se-

melhante analogia é infeliz pelo aspecto político que caracterizou o "Plano Marshall" e parece que não tem em conta, além do mais, as diferenças entre os países na altura interessados no "Plano Marshall" (que eram os países da Europa Ocidental desvastados pela guerra, mas que dispunham de certas experiências, equipamentos, instalações produtivas, tecnologia, mão-de-obra qualificada e quadros dirigentes em condições de utilizar plenamente um tipo tradicional de abastecimento) e os países que deveriam estar hoje interessados em novos projectos de cooperação e desenvolvimento. Estes últimos constituem um quadro muito mais amplo em dimensão territorial e em população. Além disso, a maior parte deles deve iniciar hoje o seu desenvolvimento económico de tipo moderno, que não pode certamente percorrer o caminho seguido no passado pelos países da Europa Ocidental e os EUA, seja pela urgência dramática dos problemas a resolver (começando pelo problema primordial da alimentação), seja porque a sua evolução não pode basear-se apenas no saco de outros países como fez o capitalismo. Mas há outro vício, no raciocínio do governador do Banco de Itália, o qual consiste em colocar como pressuposto do seu projecto uma sensível redução das condições de vida das grandes massas trabalhadoras dos países do ocidente, enquanto que o verdadeiro problema é o de integrar nestes países, novos mecanismos económicos e sociais mais produtivos e racionais, seja para satis-

fazer a específica procura de bens e serviços que correspondam melhor às profundas exigências do desenvolvimento do Terceiro e Quarto Mundo, seja para garantir às massas trabalhadoras e populares do Ocidente consumos e formas de vida diversos dos actuais, mas qualitativamente melhores e, em último caso, menos dispendiosos para a colectividade nacional e para toda a comunidade mundial.

Mas é evidente que isto implica ter de abandonar-se a lógica do capitalismo para nos encaminharmos na direcção de um desenvolvimento económico, social e político de novo tipo, orientado para o socialismo. E é também evidente a necessidade de que nos países do Terceiro Mundo prevaleçam aquelas forças populares e progressistas que se esforçam por liquidar estruturas económicas e sociais arcaicas e conquistar uma plena independência, lutando contra qualquer ingerência neo-colonialista.

Por isso, não consideramos como mero acaso que entre as atitudes que vão florescendo no Terceiro Mundo, uma das que se inspiram em critérios mais amplos seja a expressa pelo Presidente Boumediene no recente discurso de abertura da cimeira de Argel. Afirma-se através dessa posição, em primeiro lugar, a disponibilidade para a negociação sobre o preço do petróleo (mantendo firme, claro, a negativa de um confronto com qualquer bloco já predeterminado de grandes países consumidores) e também o desejo de "renunciar a qualquer aumento do valor real do petróleo até 1980" em troca de

uma autêntica cooperação económica. Boumediene exige sobretudo que a negociação abarque, juntamente com o petróleo, as outras matérias-primas, os produtos industriais e a tecnologia, devendo definir-se tudo isso em termos reais e, portanto, subtraídos às manobras monetárias e às manipulações unilaterais das principais moedas de reserva. No discurso de Boumediene verifica-sc, apesar de tudo, uma específica abertura com a oferta de condições de particular vantagem para uma Europa Ocidental que esteja em condições de "afirmar uma identidade política própria" e nota-se também a disponibilidade — particularmente interessante em relação à Itália — para tomar medidas transitórias que permitam aos países industrializados em maiores dificuldades realizar as necessárias reformas económicas para superar a sua crise.

Infelizmente, os actuais grupos dirigentes da Europa Ocidental não parecem empenhar-se muito em afirmar essa identidade e autonomia e procederem mesmo a essa negociação dentro de posições abertas e declaradas.

Neste sentido, se impõe mais do que nunca a necessidade de uma iniciativa e de uma proposta do movimento operário e democrático. Não pretendemos certamente falar aqui em nome de outras forças operárias e democráticas, da Europa Ocidental, com as quais de resto pretendemos estabelecer contactos. Mas apercebemo-nos que o nosso partido e nosso Congresso têm a missão de formular alguns

princípios e critérios em que deveria inspirar-se, na nossa opinião, um projecto de cooperação internacional.

A primeira necessidade parece-nos ser a de tomar em consideração todos os temas da cooperação na sua globalidade, tanto no sentido de valorizar todos os seus aspectos imediatos e de perspectivas mesmo distantes, como no sentido de envolver e associar todos os países e zonas do Mundo.

Globalidade significa, pois, como é natural, não se limitar aos problemas, embora relevantes, do petróleo, mas abrir negociações sobre as outras fontes energéticas, sobre todas as matérias-primas, sobre os produtos industriais e agrícolas, sobre os serviços, sobre a tecnologia e sobre a investigação. E vemos tudo isso não só em termos de desenvolvimento das trocas e da justa definição das relações financeiras e monetárias que se encontram ligadas, mas também e sobretudo em termos de verdadeira e autêntica cooperação para formas cada vez mais amplas e orgânicas da divisão internacional do trabalho reciprocamente vantajosa e de integração.

Há quem grite bem alto que se encontra perto do fim o escoar dos recursos do nosso planeta e que a única solução se baseia em refrear no estado actual o desenvolvimento produtivo e os consumos. Mas deve pensar-se a que resultados poderia conduzir uma cooperação mundial tendente a descobrir e a utilizar as inesgotáveis fontes de energia que podem proceder não só do urânio, mas também do hi-

drogénio e até talvez do sol, dos mares e das profundidades em partes desconhecidas e amplamente pouco exploradas do subsolo. Deve pensar-se também nas imensas extensões de terreno que poderiam ser conquistadas ou reconquistadas para a fertilidade e para o cultivo!

Está claro que um sistema de cooperação de tão largo alcance, ao mesmo tempo que daria um impulso vigoroso, até agora não concebido, à elevação e ao desenvolvimento das áreas atrasadas, criaria bases e formas novas, até agora nunca concebidas para o posterior desenvolvimento económico e científico dos países já industrializados. Mas isso exigiria que a reconversão produtiva desses países — que a actual crise revela que deve ser urgente — se coloque conscientemente com o olhar posto nestas novas metas de toda a Humanidade. É esta a única perspectiva em que se podem saldar os interesses e as aspirações dos povos das zonas atrasadas com os dos povos dos países do Ocidente: operários e trabalhadores de outros ramos, milhões de desempregados e semidesempregados, jovens à procura de trabalho, técnicos, investigadores e intelectuais constrangidos a viver hoje numa humilhante rotina, carecida de valores autênticos e de perspectivas, camadas de produtores que não têm pontos de referência seguros e estáveis para a sua iniciativa empresarial. É esta a única perspectiva em que se pode encontrar soluções para questões como a emancipação da mulher,

que está a afirmar-se em todo o Mundo como um verdadeiro grande problema. Com efeito, da mesma forma que há povos inteiros que não podem ser mantidos à margem da História, também as grandes massas femininas aspiram conquistar a sua completa dignidade e igualdade.

Para levar a cabo gradualmente um sistema de cooperação mundial, precisamos da contribuição activa de todos os países do Mundo, grandes e pequenos, e isso pode apresentar vantagens concretas para todos. É evidente o contributo que para esse desenvolvimento da cooperação mundial pode chegar dos países socialistas e especialmente de uma economia sólida, potente e planificada como a da União Soviética, da mesma forma que poderia ser muito importante o papel da República Popular da China inserida plena e activamente na construção de um ambiente internacional de coexistência pacífica tal como é evidente para construir um sistema de cooperação com objectivos tão ambiciosos; mas é também objectivamente indispensável que os Estados Unidos tenham hoje bem em conta o peso decisivo que a sua política pode ter para o destino da paz, tal como a sua força e potencialidade económica e as qualidades peculiares do seu povo.

De tudo isto deriva que a Europa Ocidental necessita mais que nunca de afirmar a sua iniciativa autónoma e, portanto, renovar-se profundamente, não devendo só contrapor-se à União Soviética nem

aos Estados Unidos, mas deve intervir como interlocutora positiva e activa em todo o contexto das relações internacionais. Isto quer dizer também que deve colocar-se a tarefa de favorecer o diálogo soviético-americano e fazer tudo o que for possível para que no limite do processo geral de expansão ofereça todos os seus frutos para o avanço de todos os povos e da Humanidade inteira.

Se queremos lançar os olhos para mais longe podemos pensar que o desenvolvimento da coexistência pacífica e de um sistema de cooperação e integração tão vasto para superar progressivamente a lógica do imperialismo e do capitalismo e para compreender os mais variados aspectos do desenvolvimento económico e cultural de toda a Humanidade, poderia tornar realista também a hipótese de um "governo mundial", que fosse a expressão do consenso e do intercâmbio de todos os países. Esta hipótese poderia sair assim desse reino da pura utopia em que se colocaram os projectos e os sonhos de inúmeros pensadores no decurso dos úlitmos séculos.

Naturalmente, que nós mesmos nos apercebemos que formular hoje esta hipótese contém consideráveis elementos de futurologia. Mas queremos recordar que Lenine afirmou que até os sonhos podem ter um valor revolucionário. E hoje o que conta é captar e favorecer as grandes tendências

progressistas que incitam a Humanidade para alcançar novos objectivos, entre os quais se impõe, sempre com mais evidência, o de construir um amplo sistema de cooperação cada vez mais amplo.

Dentro desta perspectiva, os comunistas italianos pretendem dedicar toda a sua iniciativa, conscientes dos limites das suas possibilidades, mas decididos a servir-se delas até ao fundo. Em todos estes anos, lutámos guiados pela verdade gramsciana, segundo a qual nenhuma política económica é válida para a Itália, nenhuma renovação é possível senão se coloca à cabeça a questão meridional. Mas hoje o nosso raciocínio alarga-se: nenhuma política é válida, nenhum avanço nem nenhuma renovação é possível no Ocidente se não trouxer consigo a solução dos problemas do Terceiro e do Quarto Mundo.

A existência em Itália de uma questão meridional e a luta do proletariado italiano para a resolver contém já uma primeira resposta para aqueles que, mesmo benevolamente atentos e também de certo modo surpreendidos, podem perguntar porque é que os comunistas italianos se apaixonam tanto pelos problemas de foro internacional e de um modo particular pelos das zonas "meridionais" do Mundo.

Mas há também uma outra explicação ligada a toda a história da Itália e à reflexão que sobre a mesma fez António Gramsci.

É evidente que Gramsci criticou o cosmopolitismo dos intelectuais italianos (1), engendrada pela frustrada unificação nacional do país na época histórica em que se realizou na Europa a formação de outros Estados nacionais. Menos conhecida é a reflexão que Gramsci fez sobre os aspectos positivos desse cosmopolitismo. Gramsci observa que a formação de um Estado italiano que tivesse um sinal de marcado nacionalismo seria uma coisa "anacrónica e anti-histórica", contrária a "todas as tradições italianas, romanas em primeiro lugar e depois católicas". O cosmopolitismo da história e da cultura de Itália é que precisamente poderia favorecer hoje a transformação do país se conseguisse chegar a ser "um cosmopolitismo de tipo moderno". Pelo seu passado — diz ainda Gramsci —, "o povo italiano é esse povo que *nacionalmente* está mais interessado numa moderna forma de cosmopolitismo", quer dizer, refundição internacionalista da comunidade humana. Nesta agudíssima observação de Gramsci pode vislumbrar-se a ideia de que os italianos figuram entre os mais interessados na unificação mundial, na paz, num universalismo moderno. Acaso não é isto confirmado pela amplitude e paixão com que as grandes massas de trabalhadores, jovens e intelectuais sentiram e viveram com as suas iniciativas e manifestações, as batalhas da emancipação e contra o imperialismo empreendidas por outros povos distantes ou próximos, desde a Argélia ao Vietname?

(1) Ver o livro de Gramsci *A Formação dos Intelectuais*, publicado por Edit. Fronteira. (N. do T.).

Temo-nos aqui limitado a expor só os princípios e critérios gerais que, na nossa opinião, deveriam presidir — no limite da luta pela coexistência pacífica e contra as acções agressivas do imperialismo — a construção gradual dum sistema multiforme de cooperação mundial. O nosso trabalho sobre estes temas — que infelizmente não mereceram a devida atenção no debate de preparação para este Congresso — deverá prosseguir.

Com este objectivo, o Comité Central, que será eleito pelo nosso Congresso, poderá criar uma apropriada comissão que aprofunde os problemas da cooperação internacional, solicite a colaboração e a contribuição de estudiosos italianos e estrangeiros, mesmo não comunistas, afim de levar a cabo um entendimento com forças operárias e progressistas de outros países europeus, de países do Terceiro Mundo, de países socialistas e também dos Estados Unidos.

Naturalmente, o desenvolvimento da cooperação e o avanço do alargamento no terreno político e militar devem caminhar juntos. Existe uma ligação indivisível e de recíproca interdependência entre os aspectos económicos e políticos que devem garantir uma linha e um sistema de coexistência pacífica.

Isto significa combater hoje acima de tudo por

uma justa solução pacífica dos conflitos abertos, começando pelos do Médio Oriente, segundo as linhas determinadas pelas resoluções da ONU. Neste momento, queremos reafirmar uma vez mais o nosso compromisso solidário com os povos árabes e especialmente com o povo palestiniano e com os comunistas e as forças democráticas que no Estado de Israel, e no interesse mais profundo da sua população, combatem corajosamente pela paz e pelas relações de amizade entre árabes e judeus. É essencial ao mesmo tempo que se empreendam novos passos nas negociações soviético-americanas para a redução dos armamentos estratégicos, do mesmo modo que seria importante alcançar resultados concretos nas negociações de Viena e de Genebra. No que respeita à consolidação da distensão e da paz na Europa, encontram-se já as condições para celebrar o mais depressa possível a fase final da conferência que deverá sancionar as bases de um sistema de segurança colectiva e de cooperação entre todos os Estados do nosso continente. No Extremo Oriente chegou a hora de os Estados Unidos deixarem de apoiar os regimes corruptos de Thieu e Lon Nol, para que apliquem plenamente os acordos de Paris sobre o Vietname e para que o povo Cambojano possa decidir soberanamente do seu futuro. Enviamos daqui deste Congresso a saudação mais fraternal e o compromisso de actuante solidariedade dos comunistas italianos aos heróicos combatentes do Vietname e do Camboja.

Como fizemos no festival nacional de Bolonha, renovamos o nosso mais completo apoio às propostas da República Popular Democrática da Coreia e à luta de todo o povo coreano pela reunificação pacífica, dentro da plena independência, da sua pátria. No que respeita à China Popular, não nos parece que se deva alterar qualquer das críticas e das atitudes expressas no relatório de Dezembro. Por isso, limitamo-nos a renovar o desejo de um alargamento e de uma melhoria das relações entre a China e a União Soviética.

6

3. O nosso internacionalismo
e os problemas da política externa italiana

Os governos italianos sofreram durante alguns anos e continuam a sofrer de um complexo de inferioridade, como se a Itália fosse um país que pouco ou nada conta e que não lhe resta outra atitude que não seja seguir a reboque de iniciativas alheias. Infelizmente, esse complexo penetrou em amplas massas de cidadãos e até numa parte das forças democráticas. Neste sentido influíram negativamente entre os partidos democráticos e também entre as massas populares os conflitos sobre as

questões internacionais, sobre a subordinação da Itália e da sua política externa. Acerca destes problemas verificaram-se certas atitudes rígidas e forçadas. Mas podemos dizer que desde há algum tempo, em consequência das mudanças positivas que se produziram na vida internacional e nas relações políticas internas, as divisões do passado — que causaram graves males ao desenvolvimento político de Itália e à sua iniciativa internacional — podem superar-se, ou melhor, estão já em vias de serem superadas. Os comunistas cumpriram neste aspecto com a sua parte, mediante as suas lutas e iniciativas, mediante a sua política unitária e também através das sua próprias posições, mesmo as que foram expostas na reunião do Comité Central do passado mês de Dezembro.

Não é necessário repetir aqui as considerações e os raciocínios — amplamente divulgados na abertura e no decorrer da discussão de preparação do Congresso — que nos levaram a desenvolver as nossas posições sobre a questão dos blocos e sobre a função de Itália no Pacto do Atlântico. Devem considerar-se essas posições em si mesmas: elas inserem-se numa visão geral, embora resultante da evolução das relações internacionais e até dos interesses, seriamente entendidos, das massas trabalhadoras e populares de Itália.

Não corresponde aos interesses e às aspirações mais profundas das massas trabalhadoras e de toda a nação colocar-se numa atitude de hostilidade para com a União Soviética ou com os Estados Unidos. Por isso temo-nos esforçado por afirmar que não colocamos a questão da saída da Itália do Pacto do Atlântico, quanto a essa eventualidade e isto porque qualquer saída unilateral de um ou de outro bloco, numa situação como a europeia, não só não é possível, mas também porque acabaria por obstruir ou mesmo por ir contra esse processo de alargamento internacional que corresponde aos interesses de todos os povos e se apresenta concretamente como a única via através da qual se pode chegar a uma gradual superação dos blocos.

Neste sentido, confirmamos o nosso profundo interesse em que a Jugoslávia socialista mantenha a atitude e a forma de política internacional que prossegue com absoluta coerência desde há muitos anos.

No plano interno, colocar como condição primordial o objectivo da saída do Pacto do Atlântico significaria reabrir um fosso entre as forças populares e democráticas do nosso país e, portanto, do mesmo ponto de vista produziria um enfraquecimento em vez da ampliação e fortalecimento, que são realmente indispensáveis, das bases de massa e unitárias do Estado democrático italiano e também da sua efectiva independência e soberania. Naturalmente que isto exige ao mesmo tempo a firme repulsa e a luta unitária contra qualquer ingerência estrangeira.

Finalmente, a posição que temos adoptado pa-

rece-nos importante e necessária se se pretende efectiva e concretamente actuar para levar a cabo o processo de democratização da Comunidade Europeia, para que a Europa Ocidental adquira plena autonomia e empreenda uma atitude positiva em favor da distensão e da cooperação internacional. Com esta finalidade é também indispensável promover a aproximação, a convergência e o encontro entre as diversas forças operárias de esquerda e progressistas da Europa — para lá mesmo das diferenças e discrepâncias ideológicas e das posições políticas adoptadas no passado — não sobre a base de certos equívocos, claro, mas tendo em conta objectivos claros e realistas de renovação democrática e na perspectiva da distensão, da cooperação internacional e da superação dos blocos.

Nestas considerações parecem-nos que existem os elementos essenciais da resposta que damos às interrogações postas por alguns camaradas e mesmo aquelas que foram formuladas por outros grupos e dirigentes políticos, entre os quais se destaca particularmente o senhor La Malfa.

A independência nacional de Itália é o bem supremo de todos os italianos. E nós, comunistas, — que combatemos sempre com plena autonomia para salvaguardar de toda a interferência a soberania do povo italiano e para avançar no caminho do socialismo, seguindo uma via original, adequada às específicas particularidades de Itália, às tradições políticas e às orientações ideológicas pró-

prias do movimento dos trabalhadores italianos —, estamos convencidos de nos colocarmos entre os mais tenazes e inflexíveis defensores e propugnadores da independência nacional. Há quem declaradamente objecte e quem sinceramente considere que a aplicação do "compromisso histórico" poderia enfraquecer a posição internacional da Itália. Mas o contrário é que é verdade. A Itália teve o seu peso na vida europeia e mundial quando a política interna e externa dos seus governos se apoiou no consenso mais amplo das massas populares e das forças progressistas e quando não se contrapôs a nada, mas pelo contrário soube até inserir-se na corrente positiva dos acontecimentos mundiais. Assim sucedeu no século passado, quando a formação do Estado unitário italiano coincidiu com a afirmação de outros Estados nacionais e assim aconteceu também logo depois do afundamento provocado pela tirania fascista, quando a Itália ocupou o seu lugar na coligação das potências anti-fascistas, conseguindo ao mesmo tempo lançar os alicerces unitários do Estado democrático, da República e da Constituição.

Quanto às preocupações do senhor La Malfa, que fala de "enfraquecimento" mais geral do Ocidente como facto saliente da actual situação internacional, parece-nos que corresponde mais à realidade dos factos que deva considerar-se tudo o que se passa no Mundo e nas relações mundiais como um processo muito mais extenso e geral de reajus-

tamento dos equilíbrios entre as diversas zonas do planeta. Em certos aspectos, é verdade que o Ocidente europeu não é já o centro quase exclusivo da vida mundial. O percurso da história, desde há algum tempo, chama à cena política outros povos, outros países, outras regiões do Mundo, do Oriente e do hemisfério meridional. Mas tal facto, que é de todos os modos inelutável, não é negativo. Pelo contrário, tende com efeito a dar plena e igual dignidade e assegurar uma vida livre a novos povos, a novos Estados, a imensas massas de homens e mulheres. Mas disto não se infere necessariamente que o Ocidente europeu deva conhecer a decadência da sua missão. Assim aconteceria com certeza se o Ocidente não soubesse instaurar uma nova relação com as grandes realidades que se afirmam no Mundo e se não soubesse encontrar em si mesmo as forças capazes de renovar as suas perspectivas económicas e sociais, as formas do seu desenvolvimento e as suas próprias abordagens políticas.

A primeira condição é a derrota dos regimes e das forças reaccionárias e fascistas. Neste momento, queremos ratificar o nosso completo apoio ao Partido Comunista e a todas as forças democráticas e anti-fascistas que lutam para dar o golpe mortal no regime franquista. A queda da tirania portuguesa, bem como a dos coronéis gregos, foi uma grande vitória para a causa da democracia na Europa. Saudamos as forças que contribuiram para estas vitórias e, entre elas, os comunistas e os democratas

da Grécia, os heróicos combatentes da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola, do Partido Comunista português e de todas as outras forças anti-fascistas. A duração ao longo de mais de quarenta anos da ditadura fascista em Portugal e a forma como ela foi derrotada abriram um processo político bastante complexo. A tarefa de consolidação e de construção de um regime efectivamente democrático não é tarefa fácil. Devem compreender-se estas dificuldades e não é lícito, por parte de quem nunca levantou a sua voz contra a ditadura infame de Salazar e Caetano, erguer-se hoje como juízes arrogantes e hipócritas da conduta das forças anti-fascistas portuguesas mais consequentes que procuram os meios para impedir o regresso da reacção e garantir a soberania nacional. Claro que as condições da Itália são inteiramente diversas das de Portugal: diversas pela sua história e tradições, diversas pela forma como se produziu nos dois países a liquidação do regime fascista e pelas forças que nela participaram, diversas por causa da estrutura, peso e orientação ideológica das variadas formações políticas. E todos sabem, de resto, porque vias e particularidades se distingue o caminho que temos seguido e seguimos para a renovação democrática e socialista de Itália. Desejamos que o povo português evite qualquer regresso do fascismo e consolide sólidas raízes para um regime de liberdade e democracia.

Deste Congresso deverá sair um renovado im-

pulso para a nossa iniciativa no sentido de apoiar os combatentes da liberdade em todas as partes do Mundo, especialmente aqueles que actuam nas condições mais difíceis. O nosso compromisso mais firme é uma vez mais aquele que assumimos para com o povo do Chile, que combate contra uma das ditaduras mais infames.

O movimento operário italiano e o nosso partido têm sólidas tradições internacionalistas às quais continuaremos fiéis. Que ninguém pense que poderá encontrar em nós qualquer repercussão dos incitamentos ou das exortações para quebrar os princípios e a prática do internacionalismo proletário, para nos desviarmos dessa linha de solidariedade e de lutas comuns com todas as forças trabalhadoras, socialistas e revolucionárias de todo o Mundo, que temos acompanhado e desejamos prosseguir por nossa livre iniciativa e na plenitude da nossa autonomia. Nestes últimos anos, as nossas relações internacionais desenvolveram-se muito e alargaram-se não só aos partidos comunistas, mas também a outras forças do movimento operário e socialista ocidental e com os movimentos de libertação e governos do Terceiro Mundo. Assim o testemunha a presença neste Congresso de representantes de um elevado número de partidos e países, aos quais renovo a cordial e calorosa saudação dos comunistas italianos. Nenhum outro partido italiano mantém contactos e relações internacionais tão amplas e variadas como aquelas que nós temos. Pensamos

que isto foi e poderá ser cada vez mais uma vantagem para a classe operária italiana e também para os interesses nacionais da Itália.

No relatório que abriu a discussão preparatória do Congresso, fizemos certas reflexões críticas sobre alguns momentos e formas da nossa presença no movimento operário internacional, reflexões que aqui confirmamos plenamente.

No centro do nosso compromisso no plano internacional deverá estar cada vez mais a iniciativa na Europa Ocidental, dentro do espírito e segundo as directrizes da conferência de Bruxelas de 1974. Não queremos certamente ficar por aí: assim o prova, entre outras coisas, o empenho que temos afirmado entre os seus promotores e o modo como participámos activamente na preparação da conferência dos partidos comunistas e operários de todos os países europeus. Mas estamos convencidos que o movimento operário europeu ocidental pode e deve cumprir uma tarefa ainda mais reforçada para o avanço à escala mundial de todo o movimento de emancipação dos trabalhadores e dos povos. Isto é possível desde que aumente o seu peso político e, portanto, a sua unidade, quer no interior de cada um dos países e em toda a zona da Europa Ocidental.

O caminho para a unidade não é tarefa fácil, quer pela influência que exercem sempre as incompreensões e as contraposições a cada passo exaspe-

radas das últimas décadas, quer porque na vida dos movimentos operários e dos seus partidos se reflectem realidades económicas, culturais e interesses nacionais diversos e algumas vezes até contraditórios. Mas hoje são diferentes as condições internacionais e internas. E a experiência vai demonstrando que é possível empreender acções unitárias e realizar certas convergências. E é possível também dar impulso a uma confrontação e a uma procura conjunta sobre os meios para o avanço democrático no caminho do socialismo e da construção do socialismo, no sentido de corresponderem plenamente às tradições históricas e às peculiaridades actuais de cada um dos países e do conjunto desta zona da Europa e do Mundo.

Estamos igualmente convencidos que o movimento operário progressista do Ocidente europeu, que sofreu a influência do pensamento marxista, tem hoje uma particular responsabilidade e pode dignamente enfrentar a missão a que são hoje chamadas todas as forças mais amplas e variadas, que em todo o Mundo se congregam nas ideias e nos métodos do marxismo: a missão de restaurar na sua plenitude e riqueza a essência autêntica do marxismo e desenvolvê-lo criativamente, para que seja um instrumento cada vez mais válido para compreender os processos do Mundo contemporâneo e para incutir fundamentos teóricos mais sólidos às lutas pelo socialismo. Esse desenvolvimento comporta a superação, através da procura e da aberta

confrontação, tanto de velhas e novas concepções e práticas de tipo oportunistas — nascidas também no movimento operário ocidental e que ainda influenciam uma parte substancial —, como de esquematizações, dogmáticas e escolásticas, de cujas consequências sofreu e continua a sofrer o movimento operário e comunista.

II

O OBJECTIVO QUE DEVE UNIR TODAS AS FORÇAS POPULARES E DEMOCRÁTICAS: SUPERAR A GRAVE CRISE QUE AFECTA A ITÁLIA E AMEAÇA O SEU FUTURO COMO NAÇÃO LIVRE E PROGRESSISTA

1. Os perigos da crise italiana e as condições da reactivação

Há momentos em que o curso dos acontecimentos amadurece e emerge daí um objectivo que se sobrepõe a qualquer outro e a missão das forças revolucionárias e progressistas baseia-se então em concentrar todas as energias para que se alcance tal objectivo. É exactamente o que se passa no momento actual. O objectivo nacional hoje mais importante consiste em impedir que a crise da sociedade italiana se precipite no desmoronamento, aumentar o custo de vida e atrasar a reactivação e a renovação do país. Ora, prosseguir este árduo objectivo exige um excepcional esforço unitário de todas as forças do nosso povo.

O agravamento da situação económica italiana — como sempre temos afirmado — é em larga medida o reflexo da crise que todo o mundo capitalista atravessa. Mas é também uma consequência de deformações particulares da sociedade italiana — caracterizada por históricos desequilíbrios e por gravíssimas posições de elevados rendimentos e parasitismo —, bem como por erros distantes e próximos cometidos pelos governos e dirigentes da Democracia Cristã.

Em consequência destes erros, estamos hoje a viver a mais dramática fase recessiva do pós-guerra. E não só carecemos de instrumentos adequados de intervenção e de contrôle, mas também de dados essenciais de conhecimento. Não é certamente uma casualidade se, no momento em que se discute em torno das finanças públicas e da sua composição, a procura mais séria levada a cabo sobre este tema (refiro-me ao estudo profundo da Mediobanca) deve tomar nota de que "ninguém pode dizer com exactidão qual é o montante em Itália do imposto fiscal e das outras contribuições públicas" e que "nem sequer é possível dizer a quanto ascendem os agravamentos anuais que pesam sobre o cidadão devido aos compromissos assumidos pelo Estado e pelas entidades públicas". É esta uma das consequências da negativa obstinada em aplicar algumas simples reformas racionalizadas e dar ao cidadão a garantia dessa transparência da gestão pública, que é um dos fundamentos do regime democrático.

Aos erros passados acrescentaram-se os que foram cometidos em política económica nestes últimos meses, quando a fase recessiva tinha já começado.

Temos reconhecido sempre que se precisava de realizar uma acção para conter a inflação (que chegou nalguns meses do ano passado a taxas de 25 º/o e até de 29 º/o) e para reequilibrar o défice da balança de pagamentos, que ameaçava superar os 6 biliões de liras. Mas não se deve esquecer que em 1972-73 os próprios governos fizeram crescer e incharam muito artificialmente o processo inflacionário e que, no que respeita à balança de pagamentos, o enorme défice não se devia apenas ao aumento do preço do petróleo, mas a erros imperdoáveis da política económica e, em particular, da política agrária, que obrigaram a Itália a fazer importações massivas de produtos agrícolas alimentares.

Os nossos governos vangloriam-se agora de ter conseguido refrear a inflacção e ter reduzido o défice da balança de pagamentos. Mas pondo de lado o facto de os benefícios de que fazem alarde serem bastante problemáticos e de todos os modos bastante reduzidos (em Janeiro de 1975, depois de três ou quatro meses de política deflacionária, o custo de vida aumentou 25,1 º/o em relação a Janeiro do ano passado), o que conta é a política que se fez e as suas consequências próximas e distantes. A própria redução do défice da balança de pagamentos deve-se a uma baixa considerável do volu-

me das importações mais do que ao aumento das exportações, o que significa que a leve diminuição do défice foi e continuará a ser paga pela colectividade em termos de contenção da produção, do emprego e do consumo.

Mas o mais escandaloso e intolerável é que nem sequer num período em que era indispensável o maior rigor financeiro e evitar qualquer gasto supérfluo se emprendeu a mínima acção para reduzir os excessos, os rendimentos, os luxos e especulações. Por exemplo, não nos consta que se tenha poupado um só litro de gasolina no enorme e incontrolado parque de automóveis do Estado, nem que se tenham feito pagar as despesas de telefone aos muitos ex-ministros, subsecretários e altos funcionários do Estado, a quem se permitiu o uso gratuito do telefone mesmo depois de terem abandonado os seus cargos. Por parte do Governo não se opuseram tenazes resistências à decisão de suprimir entidades burocráticas inúteis e nem sequer se empreendeu qualquer política para colocar alguma ordem na "floresta retributiva", para realizar de forma justa a mobilidade e a descentralização do pessoal para as províncias, para assim se evitar duplicações e agravamentos burocráticos.

Portanto, não se fez nada para sanear, atenuar e tornar menos dispendiosas as despesas públicas — começando por se dar o exemplo a partir de cima —, como também se chegou a este delicado momento da vida económica e das finanças estatais

com a máquina fiscal ensarilhada, excepto no que se refere aos rendimentos do trabalho por conta própria, sobre uma parte dos quais pesa hoje, de forma mais agravada do que no ano passado, o "cúmulo fiscal". E isto exactamente por causa da tremenda insipiência dos anteriores ministros das Finanças e às concretas opções de classe que se não fizeram para não prejudicar determinados interesses.

O ministro do Tesouro e o governador do Banco de Itália continuam a repetir que a política de deflacção seguida no último ano era indispensável. Pois bem, que fossem necessárias medidas selectivas de restrição e de contenção das importações, das despesas públicas e de certos consumos, nós nunca o negamos, e pedimos precisamente essas medidas desde 1973. Mas os governos actuaram tarde e mal. Entretanto, começou-se a intervir quando a inflação alcançou ritmos vertiginosos e quase incontroláveis. Em segundo lugar, as restrições de crédito e monetárias foram aplicadas de forma indiscriminada, sem nenhum critério de selecção e de prioridade. Finalmente, no que diz respeito às suas dimensões, as restrições adoptadas foram além de todo o cálculo económico e financeiro mais sensato e até mesmo para lá das condições postas pelo Fundo Monetário Internacional e por outros credores estrangeiros como garantia dos empréstimos combinados.

As consequências económicas e sociais desta

política de deflacção estão diante dos olhos de toda a gente: não existe nenhuma organização, não há nenhum delegado neste Congresso que não possa documentar isso com dados exactos e concretos e a cada passo até dramáticos, que dizem respeito à sua região, ao seu bairro, à fábrica onde trabalha, à sua própria família.

Acima de tudo, continua a ser preocupante a queda da produção industrial, que em Janeiro de 1975 se revelou inferior em 14 por cento em relação a Janeiro de 1974. Reduz-se o mercado de emprego. As horas de baixa por doença, que em todo o ano de 1974 foram de 156 milhões e 400 mil (afectando mais de 30 mil trabalhadores), só em Janeiro deste ano foram de 300 milhões e 210 mil. Não se conta já o número de fábricas que reduzem a produção ou o emprego ou se vêem ameaçadas de cessar toda a sua actividade produtiva. Cresce de maneira impressionante o número de rapazes e raparigas que não encontram trabalho e acrescenta-se a isto o regresso de trabalhadores que tinham emigrado.

A força e as lutas do movimento operário refrearam em parte as consequências socias da queda do emprego e também as suas dimensões. Neste sentido actuam mesmo as próprias conquistas conseguidas pelas lutas travadas nos últimos meses (salário garantido, aumento de indemnização por acidente, etc.). A deflação de tipo tradicional não é já uma solução válida mesmo do ponto de vista estritamente económico, dado que a força sindical e política da classe operária não permite que se vá além de certos limites, a não ser que se deseje empreender um caminho de declarada ruptura do sentido democrático, que em Itália levaria a convulsionar toda a vida económica e civil do país. Contra aqueles que porventura tivessem a ilusão de querer percorrer tal caminho levantar-se-ia a força poderosa, unitária e invencível da classe operária, dos trabalhadores, do Partido Comunista e mesmo de todas as forças anti-fascistas.

Naturalmente, que não nos escapa que no decurso das crises económicas os capitalistas procuram utilizar a recessão para enfraquecer as posições operárias nas fábricas, para reconstituir e consolidar os chamados "equilíbrios empresariais" e descobrir entretanto novos campos de actividade. Essa operação descrita (inicialmente por Marx como "reconstituição do exército industrial de reserva") constituiu a estrutura portadora da dinâmica do capitalismo. Mas este tipo de operação é mais difícil de levar a cabo desde que a classe operária, as suas organizações, os seus partidos se esforçaram solidamente na defesa das liberdades democráticas e lutam por impor o objectivo do pleno emprego ou, de qualquer modo, procuram evitar bruscos golpes nas conquistas contratuais e no poder aquisitivo dos salários. Com o processo de integração dos salários, por exemplo, o desemprego torna-se em grande parte subsidiado ou indemnizado e deixa de ser

portanto o caminho principal para superar a crise. A contradição torna-se mais nítida: centenas de milhares de trabalhadores que justamente defendem as suas condições de vida e as de suas famílias, são pagos sem nada produzirem, e isto precisamente na altura em que o país teria necessidade de utilizar no máximo todo o seu potencial produtivo e a sua força de trabalho.

Mas isto não evita que as consequências das restrições das actividades produtivas já aplicadas sejam hoje muito duras e se vislumbre serem mais duras no futuro. Alguns elementos da situação actual projectam a sua sombra sobre o futuro: a quebra dos investimentos produtivos em absoluto e em relação com o aumento dos gastos públicos correntes; a relação que foi alterada entre capitais industriais, por um lado e, por outro, os capitais financeiros, bancários e comerciais em proveito destes últimos; o abaixamento da investigação científica e das inovações tecnológicas; o atraso e a contracção no processo de formação e qualificação profissional da mão-de-obra a todos os níveis; o desequilíbrio agravado entre norte e sul com um posterior enfraquecimento do tecido industrial do centro, afectado já, no decénio de 1961-71, por uma diminuição superior a 5 por cento do número de unidades produtivas; o estrangulamento por falta de fundos de certas iniciativas ocorridas em bairros e regiões (pensemos no fomento dos transportes públicos e nos investimentos no sector da agricultura), que

teriam contribuído para incrementar as actividades produtivas e a manutenção qualificada e seleccionada de importantes sectores da vida económica.

Uma das consequências mais graves desta política é a enfraquecida competitividade da Itália no mercado internacional.

Tudo isto não significa que na vida económica, e sobretudo financeira, não aconteça nada de novo: pelo contrário, encontram-se em marcha processos de restruturação de amplas dimensões, mas que se exprimem sobretudo em operações especulativas e em deslocações de um grupo para outro de posições de comando no mercado financeiro, à margem de qualquer contrôle e de uma consciente direcção política.

Nestes últimos tempos, o próprio governo preveniu da gravidade dos riscos que contém a política deflacionária aplicada até agora e propôs mesmo algumas correcções que se materializaram até aqui em medidas de expansão limitadas e que chocam com a tradicional lentidão com que trabalham os governos democrata-cristãos e certas resistências burocráticas, correndo além disso o perigo de se dispersar em parte para posições de rendimento ou nos canais habituais de um subgoverno.

Decorridos 15 meses em que se falou num plano para fabrico de 30 mil autocarros, não se fez ainda nada no campo administrativo nem no campo legislativo; entretanto a FIAT propõe a redução de veículos industriais. No que respeita à agricultu-

ra, de cujo relançamento se fala desde há muitos meses, assinalam-se fenómenos preocupantes de redução da actividade, mesmo no sector zootécnico, nas zonas mais desenvolvidas do Norte.

Para lá de tudo isto, não deve deixar de espantar se as previsões para o ano de 1975 se revelam bastante pessimistas: para o rendimento nacional prevê-se uma baixa que, segundo a OCDE, deveria ser de 1,75o/o e, segundo o comité científico de programação, seria nada menos do que 2,5o/o.

Não considero necessário alargar-me aqui no exame dos outros sectores da vida do país afectados também por crises e processos de decadência: já o temos feito e fazêmo-lo a todo o instante. Por isso, é preocupante o aumento da criminalidade, especialmente nas suas formas mais ferozes e tecnicamente mais aperfeiçoadas de dia para dia (ataques à mão armada, tráfico de estupefacientes, sequestro de pessoas). Por isso, é preocupante vermos os atentados terroristas que continuam desde há seis anos, sem que as autoridades governamentais tenham conseguido localizar e desmantelar todos os fios dessas organizações. Por isso, é preocupante assistirmos a cenas de violência fascista, que adoptam as formas mais selvagens e terríveis. Enfim, continua a acontecer mesmo sob outras formas que se vão alargando sempre com maior violência.

No que se refere à situação existente na administração da justiça, onde a par de delações, devidas a carências legislativas e à própria culpa dos gover-

nos, se multiplicam os contrastes nos conflitos de orientação que provocam desconfiança nos cidadãos, põe em questão o próprio Direito e dá lugar a episódios escandalosos, como os permanentes adiamentos do processo da carnificina da Plazza de Fontana. E não menos sintomática na condição de crise em que se encontram mergulhados certos organismos da administração governamental é o facto de que, ao fim de alguns anos de culpável abandono do inestimável património artístico e cultural da Itália, não terem sido capazes sequer de tomar hoje as medidas adequadas para protecção contra a sua degradação e contra os roubos que cada dia são mais frequentes.

Nesta altura, cabe perguntar se o país tem plena consciência da gravidade e dos perigos desta situação. Parece-nos que uma parte dos cidadãos se apercebe deste dramatismo, mas uma parte muito mais ampla não se apercebe disso, como se pode ver através do facto de, apesar das grandes provas de responsabilidade que a classe operária tem dado, persistirem e se agravarem as tendências particularizantes no mundo económico, nos partidos e também em diversos sectores do mundo do trabalho. Demasiado excessivo é o peso de interesses sectoriais e de reivindicações corporativas na vida económica, social e até na administração pública. E demasiado grande na vida dos partidos da maioria governamental, e especialmente na Democracia Cristã, é a parte que desempenham as manobras do

poder e até certas atitudes pessoais, cumplicidades, bizantinismos, etc. Muitos homens públicos perderam a capacidade de se aperceberem dos problemas e do estado de espírito real dos cidadãos e cuidar sobretudo dos interesses gerais do país.

Tudo isto quer dizer que se não criou de forma suficiente uma verdadeira consciência da gravidade da situação e que é necessário, pois, ter consciência do esforço e das mudanças que são precisas para assegurar a salvação e o renascimento da Itália.

A quem cabem as responsabilidades por este actual estado de coisas tão preocupante e mesmo das próprias consciências?

Os comunistas, embora constituam um partido de oposição, não têm vacilado em falar ao país a linguagem da verdade, reconhecendo os dados objectivos e a gravidade da crise, afirmando abertamente, perante a classe operária, os trabalhadores, os jovens, a necessidade de todo o povo fazer um esforço excepcional e unitário para garantir a sua reactivação, indicando com exactidão as suas condições e finalidades.

Mas qual foi em contrapartida a atitude dos governos? Pelas suas responsabilidades passadas e pela sua política recente, especialmente do domínio económico, a elas nos temos já referido. As próprias palavras estiveram por detrás daquilo que o país tinha o direito de esperar: frases feitas, lugares comuns, vagas afirmações (e através de que vozes tão conhecidas, como a de Emilio Colombo, que

desde há vinte anos tem elevadas responsabilidades no sector da política económica!), em vez da linguagem da verdade e da clareza dos compromissos.

As responsabilidades maiores reacaem sobre a Democracia Cristã. Se voltarmos os olhos para os últimos anos, veremos que depois dos males causados pelo fracassado e derrotado governo de centro-direita, não se soube compreender nem levar a cabo uma mudança nas perspectivas e nos métodos de governo, nem sequer depois de ter estalado a crise petrolífera.

Mas vejamos qual foi a atitude política de quem dirigiu neste último período o partido democrata-cristão. Pensemos na obstinada recusa de um acordo para evitar o referendo sobre o divórcio, com o resultado de que a atenção do país e a luta política se concentraram durante vários meses em torno da discussão sobre o divórcio, na qual por acaso a consciência cívica do povo italiano inflingiu uma saudável lição aos defensores da intolerância e do integrismo.

Mas como é que agora enfrentam os problemas os dirigentes da Democracia Cristã e entre eles o senador Fanfani? Hoje, mais do que nunca, o método deveria ser o do exame objectivo das questões e da confrontação com as posições de todos os partidos democráticos, a procura incessante e paciente de todos os possíveis entendimentos mesmo parciais. Hoje, mais do que nunca, cada um deveria contribuir para criar no país, entre os cidadãos e

entre os partidos democráticos, um clima de distensão e de solidariedade.

A conduta dos actuais dirigentes da Democracia-Cristã avança num sentido inteiramente oposto. Em vez de proceder a análises objectivas e procurar confrontos e entendimentos construtivos, preferem saídas puramente propagandistas (como sucedeu acerca dos problemas da criminalidade), preferem as pesadas intervenções para impedir ou fazer saltar os entendimentos que se realizam sobre temas isolados ou no plano local (clamoroso o caso de Veneza) e preferem o agravamento de todo o clima político.

Qual é o sentido, qual é a lógica que inspira uma conduta deste género?

A avaliar por certas motivações, tratar-se-ia de obstar e impedir que o desenrolar das coisas conduza rapidamente para o "compromisso histórico". Mas, se para o impedir, devem evitar mesmo a solução de problemas cruciantes e fazer com que o país corra graves riscos, seria esta a demonstração de que mesmo no plano imediato não existe caminho válido fora do "compromisso histórico".

Na realidade, todas as pessoas sérias compreendem que a perspectiva do "compromisso histórico" é algo de muito maior alcance e só pode passar através do desenvolvimento de processos profundos, sejam ou não rápidos.

A verdade, pois, é que atrás da actual conduta dos dirigentes democrata-cristãos existem muitas

outras preocupações: a defesa de concretos interesses de grupos económicos privilegiados; a salvaguarda de todo o sistema de poder da Democracia-Cristã; a esperança de conseguir refrear a tendência para a flexão de posições eleitorais democrata-cristãs e, por fim, a conservação de restritas posições de corrente, de grupos e até mesmo pessoais no próprio seio da Democracia-Cristã.

A essência desta conduta e mesmo os modos grosseiros com que se propagam custam muito ao país pelas agravadas tensões económicas, sociais e políticas que daí derivam e pela desorientação que produzem em largos sectores da opinião pública e na própria acção dos poderes públicos.

O mais absurdo é que esta linha, que provoca danos tão graves, não tem diante de si nenhuma perspectiva de êxito, dado que a cada passo se enfrenta com as grandes mudanças positivas que se produziram e continuam a produzir-se na vida italiana.

Apesar de todas as provas a que está submetido desde há anos, em todos os domínios, o país, embora grave e profundamente atingido, não se prostrou, o que é importante. Por outro lado, sabe-se que não caminha para a direita e que não existem soluções à direita; sente-se agarrado à causa e aos princípios da democracia e manifesta muito claramente desejar que esta se alargue e desenvolva.

Vejamos o significado dos elementos mais importantes da vida política e da vida civil destes últimos anos e destes últimos meses:

— o fracasso relativamente rápido das tentativas centro-direita e a derrocada do governo de Andreotti;

— a resposta rápida, vigorosa e unitária que merecem desde há anos os atentados e as violências fascistas (desde Milão a Bréscia e a Bolonha);

— as derrotas sofridas pelo partido da aventura no decurso de várias crises de governo até à última, a do Outono passado, quando, depois de um luta que durou mais de três meses, foi derrotada a tentativa de se dissolver as Câmaras.

Mas verificaram-se igualmente outros acontecimentos, não menos importantes, que demonstraram como é profunda a devoção do povo pela causa da liberdade, contra que obstáculos esbarram as tentativas de contraposições frontais e como é aguerrida a vontade de participação democrática. Falou-se já da campanha e do desfecho do referendo sobre o divórcio, mas deve pensar-se também na grande experiência de eleições nos organismos escolares. Estes acontecimentos, entre outras coisas, marcaram o ingresso impetuoso, como protagonistas da batalha democrática, de novas camadas da população, sobretudo das mulheres e estudantes. E tudo isso teve também um reflexo no plano jurídico com a conquista do direito de voto aos 18 anos e até com a reforma do direito familiar.

Contudo, um facto que talvez não tenha precedentes é que, num momento de grave crise e de recessão económica, o movimento sindical não só

deu provas da sua combatividade, como soube realizar novas conquistas e garantir a sua própria unidade.

No que respeita também às relações políticas, os exorcismos e os anátemas não serviram certamente para impedir que se estendesse o confronto, o diálogo, o clima de compreensão recíproca, bem como a realização de entendimentos concretos entre os partidos democráticos nos bairros, nas delegações provinciais, nas regiões, na vida parlamentar, nas lutas contra o fascismo e por outros objectivos, como vimos nestes úlitmos dias na III Conferência Unitária das Regiões Italianas do Centro.

2. Os objectivos principais das lutas dos trabalhadores e das forças anti-fascistas

A tendência predominante destes últimos anos avançou, pois, na direcção de uma posterior expansão da vida democrática: uma tendência bastante positiva e significativa, embora as forças que tendem a asfixiar ou restringir a vida democrática e os processos unitários se mostrem sempre activas e perigosas. Mas existe outro aspecto da questão: a própria expansão da democracia corre o perigo de dar lugar a fenómenos crescentes de particularis-

mos, de indivíduos isolados e até de certas camadas, podendo assim malograr-se num processo degenerativo, no caso das tendências democráticas não confluírem para objectivos claros e unificados. Mas continua a faltar no cume do Estado uma direcção política capaz de orientar toda a vida do país para finalidades de interesse colectivo em que se possa reconhecer a grande maioria do povo.

Perante esta situação, a perspectiva geral que referimos é aquela que designamos como nova etapa da revolução anti-fascista, ou seja, uma nova fase de desenvolvimento da democracia que introduza nas estruturas da sociedade, na distribuição do rendimento, nas formas de vida, no exercício do poder, na aplicação de uma direcção consciente do complexo e articulado processo de desenvolvimento económico alguns elementos inerentes ao socialismo.

Em 23 de Maio de 1945, um mês após a libertação de Itália, falando aos quadros comunistas de Turim, Togliatti afirmou: *"Encontramo-nos hoje na primeira fase daquilo que poderia designar como profunda transformação democrática da Itália".* Agora, apesar das peripécias tortuosas e até tempestuosas destas últimas décadas, acreditamos que alguns dos objectivos essenciais do que Togliatti definiu então como primeira etapa de uma revolução democrática já se realizaram. Lançaram-se realmente os alicerces de um Estado democrático de novo tipo e desta missão foi protagonista decisivo a classe operária.

Hoje, perante a crise que afecta o tipo de desenvolvimento capitalista seguido nestes anos e perante a incapacidade das classes dominantes burguesas para assegurarem o posterior progresso da sociedade nacional segundo os princípios da Constituição republicana, trata-se de empreender a segunda etapa da revolução democrática e anti-fascista, cujos novos traços devem consistir num processo que leve progressivamente a sair da lógica dos mecanismos do sistema capitalista e, portanto, na completa afirmação da função dirigente e nacional da classe operária e das outras classes trabalhadoras.

Voltaremos ainda a focar o tema da perspectiva geral, dado que, quanto aos objectivos das lutas que nos esperam em breve, existem dois ou três pontos sobre os quais queremos actualizar e definir em seguida as nossas intenções.

A primeira necessidade baseia-se em assegurar o correcto e normal funcionamento das instituições democráticas e em garantir um clima cívico na luta política.

As nossas minorias parlamentares apresentaram já projectos de lei e tomaram iniciativas sobre alguns problemas abertos para o mais eficiente desenvolvimento da vida democrática e institucional (modificação da lei sobre o referendo, redução da duração das campanhas eleitorais, revisão dos regulamentos das Câmaras, etc.). O nosso recente acordo sobre os problemas da luta contra a criminali-

dade e a formação dos corpos de polícia, concretizou os nossos objectivos, o nosso empenhamento, as nossas iniciativas tendentes a democratizar este sector do aparelho estatal, a tornar mais eficaz a luta contra a criminalidade política e comum, bem como assegurar a tutela sindical, os direitos e a dignidade dos membros das forças de polícia.

Os acontecimentos destas últimas semanas comprovam também a necessidade de uma acção mais firme e vigorosa contra o fascismo e o respeito pela legalidade democrática. Sabemos que este tema foi discutido nos nossos congressos e certamente dele se falará também neste lugar. O problema continua a revelar-se bastante agudo porque houve e continua a haver certas fraquezas neste domínio, que nalguns casos dão mesmo a impressão de protecções e conivências de órgãos encarregados da defesa da ordem democrática. Existem problemas de adequação de instrumentos legislativos ou organizativos? Temos declarado repetidas vezes que estamos dispostos a discutir acerca disso e temos até formulado algumas propostas nesse sentido. Mas a questão decisiva é outra. O governo e todas as autoridades do Estado devem concorrer sem hesitações nem ambiguidades para criar um clima geral e dar uma orientação política que se revelem como um estímulo para que todos os poderes públicos cumpram inteiramente o seu dever. Isto contribuiria para assegurar plenamente a primeira condição da salvaguarda e consolidação da ordem pública democrática e, de um modo mais geral, da luta eficaz contra a criminalidade: a mobilização e a iniciatica da classe operária, dos trabalhadores e de todos os cidadãos honrados e de sentimentos democráticos, das organizações populares e de massas, dos elementos locais da administração, numa relação de confiança e de concreta colaboração com os poderes públicos e com os aparelhos do Estado.

A nossa atitude deve consistir no seguinte: pressionar o governo para que isso se faça; dar resposta rápida e combativa às agressões de tipo fascista, adoptando objectivos e formas de luta — de massas e amplamente unitárias — que isolem os aventureiros e provocadores de toda a espécie e derrotem todos aqueles que, nos partidos, tendem a utilizar formas de confronto para fazer deslocar no sentido da direita importantes sectores da população e toda a situação política.

A par das combativas e tempestuosas mobilizações de massa, onde quer que isso se faça sentir (valha-nos o exemplo que há alguns dias nos deu a classe operária de Milão!), é necessário empenharmo-nos numa ampla e permanente acção de propaganda e de conquista entre todos os cidadãos, utilizando também o apelo lançado pelo Comité Permanente Anti-fascista precisamente durante a vigorosa concentração de Milão.

Com o objectivo de impedir num momento tão delicado a paralisia das instituições democráticas, é

hoje essencial que se realizem no prazo previsto as eleições municipais e regionais, vigiando através de uma conduta firme e prudente todas as tentativas sempre possíveis para as adiar, assegurando a participação na votação de todos os jovens com mais de 18 anos e trabalhando para que se efectuem num clima pouco exaltado e não permita uma confrontação civil e tenha como intenção predominante os assuntos específicos desta consulta.

No domínio económico, a tarefa mais urgente fundamenta-se na passagem, na forma mais alargada e por todo o país, às lutas e iniciativas políticas que tenham como alvo a necessidade de sair da recessão. Deve continuar evidentemente a firme defesa das camadas mais afectadas pela carestia de vida e pela condição de crescente pobreza e até de miséria para que a inflação as empurrou. Não nos podemos esquecer que vivemos num país em que 55 por cento das famílias possui um rendimento inferior a dois milhões de liras por ano e em que 22 por cento (que no Sul se eleva a 50 por cento) tem um rendimento inferior a um milhão e meio por ano! Mas, a par da defesa desta situação e exactamente em função dela, o objectivo sobre o qual se devem concentrar as forças é hoje o da reconversão e a ampliação do aparelho produtivo, do fomento dos investimentos, do incremento do emprego no âmbito de uma rigorosa política de utilização de todos os recursos e da progressiva eliminação de gastos supérfluos, privilégios e parasitismos.

Os critérios de prioridade em função dos quais se deve proceder têm sido largamente apontados pelo Comité Central, seguindo um linha que ninguém está em condições de impugnar e que abrange organicamente os mais diversos aspectos da vida económica e financeira, com problemas realmente difíceis mas que se deve resolver com coragem, no que respeita à "desordem retributiva", à mobilização do trabalho e do saneamento e requalificação dos gastos públicos. Tendo em conta estas linhas, prosseguiremos com coerência a nossa acção, a qual tem bem presente que se exige hoje um compromisso mais activo de elaboração e de iniciativa do movimento operário e do nosso Partido sobre os problemas cada vez mais cruciantes e vitais da reconversão económica, quer em função dessas mudanças na divisão internacional do trabalho que se vão delineando (nunca como hoje a política externa e política económica estiveram tão estreitamente ligadas), quer em função da necessidade de se encontrarem novas saídas no mercado interno e, portanto, a tarefa profunda de o reorganizar. Para se conseguir que avance a solução destes problemas, não se pode certamente esperar o aparecimento de um governo de viragem democrática. Para este conjunto de objectivos é preciso combater sempre, procurando influir já hoje, na medida em que isso nos for possível, sobre as soluções da política económica e sobre os métodos de governo e administração dos negócios públicos.

3. A perspectiva do "compromisso histórico"

Deve dizer-se que não decorre um dia sem que certos representantes de outros partidos repitam a sua recusa ao "compromisso histórico" ou declarem que ele é irrealizável. Mas devem explicar-nos como é que, apesar destas repetidas negações e nalguns casos até mesmo obsessivas, o "compromisso histórico" continua a ser desde há um ano e meio o tema central da luta política italiana e um dos problemas que suscitam o interesse do mais amplo número de cidadãos. Com toda a evidência, não se trata de uma das muitas modas políticas que a cada passo se sucedem. A explicação fundamenta-se, na nossa opinião, no facto de a proposta do "compromisso histórico" interpretar, por um lado, a aspiração cada vez mais divulgada para uma mudança geral de ordem política, social e moral e, por outro lado, se apresentar (e assim foi justamente entendida) como a única proposta nova acerca de todas as várias formulas políticas experimentadas desde há mais de 25 anos.

É esta a razão pela qual a ideia do "compromisso histórico" resistiu aos ataques e ao desgaste do tempo, continua a impor-se e é objectivo do crescente interesse mesmo da imprensa de outros países, de observadores e homens políticos estrangeiros. Naturalmente, tendo-se criado um interesse tão

amplo juntamente com um maior consenso, não faltou e não faltam as incompreensões e as intencionais deformações. De vez em quando há a impressão que todas as possíveis deformações foram já tentadas e afirmadas, mas depressa se dá conta, todavia, de que outras inimagináveis se tornam a inventar.

Seria impossível responder a todas essas falsidades, mas não vale a pena porque algumas delas se revelam tão grosseiras, se desacreditam e destróem a si mesmas. Para deformar ou falsear a nossa proposta foi dito tudo e o contrário de tudo: sirva-nos como exemplo o facto de o "compromisso histórico" ser apresentado por vezes como uma mera tentativa do Partido Comunista Italiano para conquistar a sua "talhada de poder" à custa de aceitar que tudo continue como dantes e, logo a seguir, talvez para as mesmas pessoas o "compromisso histórico" torna-se uma espécie de palanque para subverter tudo e para afastar todas as outras forças políticas. Mas, se não vale a pena responder a estas e outras grosserias que se contradizem tão evidentemente entre si, não é talvez inútil, mas antes um dever para com o nosso país, para com as outras forças democráticas e até para connosco, esclarecer e aprofundar ainda a significação da linha geral que propomos.

É verdade que temos dado muitos esclarecimentos e informações, não só através da participação e da contribuição de muitos camaradas no de-

bate interno e na confrontação com outras forças políticas, mas também através de actos e de concretas iniciativas políticas neste período. Mas nós somos pessoas pacientes e corajosas e, respondendo sempre às perguntas feitas sobre a nossa linha e aprofundando a sua significação, é possível que possamos trazer para a luz do dia algum novo aspecto.

Muitos vêem no "compromisso histórico" essencialmente a proposta de uma nova aliança e forma de governo que abranja o Partido Comunista Italiano. Nesta interpretação capta-se, sem dúvida um elemento essencial do "compromisso histórico" porque não seria decerto novidade de pouca importância chegar hoje a uma maioria parlamentar e de governo que incluisse a grande força renovadora do Partido Comunista. Mas essa interpretação não engloba inteiramente o alcance e não exprime todos os aspectos da linha do "compromisso histórico". A questão da participação do Partido Comunista Italiano na área do governo é, realmente decisiva, mas entretanto reiteramos que estamos sempre dispostos a assumir as nossas responsabilidades e repetimos uma vez mais que no momento em que esta possibilidade se há-de realizar não depende apenas de nós. Não somos nem seremos nunca nós a impor tal solução e, pela nossa parte nem sequer temos pressa. Em todo o caso, a urgência é objectiva, está nas próprias coisas, está na gravidade da crise que o país atravessa. Temos perfeita consciência dessa urgência e acreditamos que não somos os únicos a senti-la, embora saibamos que o caminho para uma nova maioria do governo não pode ser fácil, dado que, mesmo para a participação nessa maioria, nós temos também condições a colocar.

Mas se a questão da participação do Partido Comunista Italiano nas directas responsabilidades de governo é, sem dúvida, um aspecto importante da estratégia do "compromisso histórico" — porque tal facto representaria de qualquer forma uma viragem, quer por aquilo que somos, quer por aquilo que representamos —, seria um erro reduzir simplesmente toda a nossa estratégia a esse aspecto.

Por um lado, com efeito, a estratégia do "compromisso histórico" dirige-se mais para lá da questão da participação comunista no governo e, por outro lado é já hoje, e pode sê-lo muito mais no futuro imediato, uma linha válida para lá da formação de uma nova maioria, uma linha correcta para enfrentar e resolver positivamente os problemas mais cruciantes do nosso país.

Foi precisamente neste último sentido que, ainda recentemente, esclarecemos que não é inteiramente justo falar do "compromisso histórico" apenas como de uma proposta e muito menos como de uma "oferta" feita aos outros partidos democráticos. O "compromisso histórico" é certamente *também* uma proposta, mas no sentido mais amplo e mais elevado porque se dirige mais do que aos partidos, a todos os cidadãos de sentimentos demo-

cráticos enfim, a todo o país. Mas também e precisamente por isso preferimos utilizar o termo de *estratégia*, e de uma estratégia não só para o PC Italiano, mas para todo o País, a fim de conseguir que a Itália saia da crise para a renovar, para salvar e desenvolver a democracia. Neste sentido, o "compromisso histórico" é um terreno mais avançado de luta e é ao mesmo tempo um desafio que o Partido Comunista lança a todas as outras forças democráticas, sobretudo aquelas que se obstinam em manter a vida política do país dentro de velhas formas, mais ou menos ultrapassada ou apresentadas dentro de novos moldes, mas que revelam de comum a insuperável debilidade de terem sido todas elas experimentadas durante muito tempo e até repetidamente, muito embora tivessem fracassado.

Na base da estratégia do "compromisso histórico" exposta não por acaso certamente de forma mais orgânica depois dos trágicos acontecimentos do Chile, mas sempre em referência às particularidades da situação italiana, encontra-se um conceito muito simples: em Itália, para salvar a democracia e realizar a renovação total da sociedade e da vida pública são necessárias grandes lutas, excepcionais esforços e o empenho das mais variadas energias populares. Precisamente porque a essa renovação se opõem grupos económicos e políticos reduzidos, mas bastante fortes e agressivos, é indispensável isolá-los, impedir que disfrutem de uma base de massas: por isso nós batemo-nos e defendemos que se

deve criar uma grande maioria que abarque todas as forças populares e democráticas, que tenha em conta a diversidade de correntes ideológicas e as tradições políticas nas quais se reconheçam e se organizem.

No entanto, há quem abstractamente objecte que, face a uma maioria tão ampla, quase não haveria forças de oposição, dado que com o "compromisso histórico" desapareceria uma norma sem dúvida indispensável para a dialéctica política e democrática. Mas trata-se aqui de meros exercícios de lógica formal mais do que raciocínios políticos assentes na concreta realidade italiana. No dia em que as forças democráticas empreenderem conjuntamente uma acção de renovação da sociedade e da vida pública, não faltará, com efeito, a oposição dos grupos privilegiados. Precisamente para fazer frente aos perigos de uma tal oposição, mantendo ao mesmo tempo um limite de garantias democráticas e de pleno respeito por todas as liberdades constitucionais, a maioria em que se apoiaria o governo teria necessidade do mais amplo consenso popular, da mais larga participação e iniciativa das massas trabalhadoras numa sólida relação de confiança entre a orientação política do país e o povo, em todas as suas principais expressões sociais, políticas e ideológicas.

Mas se o "compromisso histórico" nos parece a única perspectiva adequada para chegar à transformação democrática do país e para a garantir,

aponta também um método justo para enfrentar e resolver os actuais e mais candentes problemas do país.

4. Reforçar e alargar o tecido democrático e unitário da vida social

Queremos dizer-lhes que, qualquer que seja a atitude de cada partido ou grupo democrático a respeito da linha do "compromisso histórico", a procura dos mais amplos entendimentos para garantir o desenvolvimento geral da vida democrática é hoje uma necessidade que não se pode negar, é um objectivo que não pode ser alterado, sem causar danos ao país. Por outras palavras, para resolver os problemas particulares e gerais para assegurar a ordenada e eficaz acção de cada sector da vida civil e de cada instituição política, o único método hoje válido é o entendimento e a procura das mais largas formas de colaboração. Em contrapartida, quando prevalece o método das contraposições e dos bloqueios, a solução dos problemas é estancada e a vida política e democrática decai e degenera.

Todas as nossas propostas, as nossas iniciativas, as nossas lutas e as nossas próprias polémicas se encaminham e devem continuar a encaminhar-se para afirmar os princípios, o método e a prática da unidade.

É evidente que isto deve afirmar-se acima de tudo nas relações entre os partidos e na vida das instituições representativas. Mas não existe só este aspecto, sobre o qual nos deteremos em seguida: existe outro, não menos importante, que diz respeito a toda a sociedade e aos movimentos que nela se desenvolvem. A importância deste último aspecto ficou talvez um pouco na sombra durante a discussão acerca das perspectivas do país. Com efeito, através de uma actividade de decénios, foi-se criando no nosso país um amplo e robusto tecido democrático e nisso se baseia um dos grandes méritos históricos do movimento socialista e também de outros movimentos populares como os de inspiração católica.

O fascismo destruiu este tecido de organizações sindicais, associações operárias, cooperativas, casas do povo, centros de cultura, mas a tirania fascista não conseguiu eliminar tudo isso e especialmente não conseguiu apagar da consciência dos trabalhadores a recordação do que essas organizações representaram para a defesa dos interesses e reivindicações concretas, para desenvolver os sentimentos de solidariedade entre as classes trabalhadoras, para elevar a sua cultura e estimular o progresso geral da sociedade nacional.

Isto contribui para explicar porque é que, imediatamente ao pós-guerra e em parte mesmo já no decurso da luta de libertação, um dos primeiros compromissos das forças avançadas do trabalho es-

teve empenhado em reconstruir um tecido sólido e variado de organismos democráticos. Este tecido foi em parte menosprezado no princípio da guerra fria e das cisões premeditadas e organizadas a frio naqueles anos ou que se determinaram vivamente em àsperas polémicas. Mas, na sua parte essencial, esse tecido resistiu bem e resistiu também quando se procurou, no período inicial do centro-esquerda, introduzir através de novas formas elementos de divisão no movimento operário e nas organizações da classe operária. Nos últimos anos — com o recrudescimento dos processos unitários surgidos do apogeu operário e do movimento juvenil-estudantil, da constante iniciativa do PC italiano, do fracasso da unificação social-democrata, do desassossego do mundo católico — o tecido democrático voltou a robustecer-se e enriqueceu-se com formas novas e originais de participação e de organização.

Com o alargamento para lá dos limites conhecidos até agora do processo de organização e activação das mais variadas categorias da população, manifesta-se também um acréscimo de impulsos particularistas e de tipo corporativo: mas o sinal fundamental deste processo é positivo quando expressa a vontade cada vez maior de participação, de presença e de inciativa democrática dos cidadãos.

Há alguns anos, falámos da necessidade de se criarem e organizarem a par da grande força representada já pelos sindicatos operários, outras "potências" que aumentassem o peso na vida social e

política de outras categorias. Hoje podemos comprovar que as coisas avançaram precisamente nessa direcção, que a organização e a iniciativa das diferentes camadas da população trabalhadora aumentaram, desenvolveram-se amplos movimentos que abarcam extractos inteiros e sectores da sociedade — pensemos, por exemplo, nos movimentos de emancipação feminina —, surgiram e desenvolveram-se igualmente novas formas e até originais, no plano territorial e no plano social, de associações de trabalhadores, de cidadãos e de comunidades locais.

Os sindicatos operários e as mais diversas categorias de trabalhadores por conta de outrem reforçaram-se posteriormente nestes anos. A C.G.I.L. aumentou o número dos seus filiados de 2 milhões 461 mil trabalhadores em 1968 para 3 milhões e 827 mil trabalhadores e outras confederações aumentaram também o número dos seus filiados. O processo de unidade na autonomia do movimento sindical encontrou, mas também superou, alguns momentos difíceis e continua a evoluir. Tudo isto demonstra que a linha que as organizações sindicais puseram em prática é fundamentalmente justa, compreendida e apoiada pelos trabalhadores. É muito importante que isto aconteça num momento em que a crise agudiza todas as atenções e põe em marcha impulsos diversos. Todos se dão conta de que os problemas colocados pela crise seriam mais difíceis e perigosos se os sindicatos se encon-

trassem divididos no meio de lutas travadas entre si.

A satisfação por tudo isto não nos deve impedir, claro, ver os problemas e as dificuldades que se encontram no caminho. Acima de tudo persiste a escassa participação na vida organizada dos sindicatos dos empregados e técnicos — cuja importância tem crescido nas empresas; em segundo lugar, o movimento sindical italiano não conseguiu ainda, ao contrário do que sucedeu em França, criar formas específicas de organização sindical desses quadros dirigentes empresariais que mantém as características de trabalhadores por conta de outrem; em terceiro lugar, continua a existir uma parte fragmentária organizada em sindicatos autónomos de alguns sectores, sobretudo das administrações e serviços públicos. Dos movimentos de 1968-1969 surgiu a nova e positiva experiência dos comités de fábrica, mas nos últimos tempos houve na sua actividade certos momentos de dificuldade, que poderiam talvez indicar que nem em toda a parte se resolveu o problema das suas relações com as massas de trabalhadores e as outras instâncias do sindicato. Bastante limitada e com a fisionomia ainda não bem definida é a experiência dos comités de zona. Em muitas reuniões de secção e de federação provincial observou-se que uma interpretação mal entendida das decisões relativas à incompatibilidade — decisões que nós não colocamos em discussão — comporta o perigo de refrear nalguns casos o empenho total na vida do partido de novos quadros operários que, em contrapartida, poderiam marcadamente participar nas batalhas políticas e dar nova seiva à vida dos partidos.

Em certos casos, no decurso de lutas e conflitos laborais que representaram momentos importantes do movimento geral destinado a impor um novo curso da política económica, verificámos alguns impulsos corporativos e particularistas, não absorvidos inteiramente como objectivos unificadores, ou até certos impulsos moderados ou sugestões extremistas.

Estamos convencidos, como temos dito no Comité Central e aqui reiteramos, que o movimento sindical italiano está em condições de superar as dificuldades objectivas e as dificuldades deste período se, mantendo firme o carácter específico da sua função, não faltarem na definição dos conteúdos as formas de luta num carácter de massas, o alento nacional na sua linha, a procura da unidade e a constante ligação com as aspirações gerais, consideradas globalmente, da grande maioria dos cidadãos.

Também se reforçou consideravelmente o movimento cooperativo no decorrer dos últimos anos e aumentou a sua influência através do maior número de cooperativas que hoje organiza (cerca de 60 mil), pelo número dos seus associados (as três confederações têm cerca de 6 milhões de filiados, nos quais 2 milhões e 412 mil pertencem à Liga Nacional dos Cooperativistas e Mutualidades), pelo

volume de negócios (só a liga de cooperativas tem já um volume anual de 2 biliões e meio de liras). Na base de experiências de formas consorciais entre os comerciantes é possível alargar agora a actividade e os sectores de intervenção do movimento e é possível também avançar para uma ligação unitária entre as cooperativas das diversas confederações.

No que respeita ao movimento camponês, o crescente prestígio da Aliança, que representa já cerca de 20 por cento das unidades activas interessadas, continua a mostrar-se acompanhado pela crise dos velhos interesses dos caciques da Confederação dos Pequenos Proprietários, o que abriu também neste domínio perspectivas de convergência para um objectivo de unidade e de autonomia em todo o movimento campesino italiano.

No entanto, de um modo geral, através da acção conjunta das organizações camponesas e das cooperativas agrícolas, pode avançar-se hoje, nos campos, para um amplo movimento com base em soluções mais avançadas, que aumente o peso de todos os trabalhadores da terra em apoio das suas reivindicações específicas e nos conflitos pela tansformação das estruturas agrárias produtivas e dos mercados, em estreita relação com as lutas da produção, conversão dos cultivos e organização controlada das saídas de mercado.

Nos últimos meses, deram um passo em frente as organizações dos inquilinos e dos artesãos, dos comerciantes e dos pequenos industriais. O peso

das classes das camadas médias urbanas seria todavia muito maior se se avançasse decididamente para a criação de formas associativas e consorciais, seguidas pelos outros em certas províncias, o que lhes daria vantagens em todos os sectores: no da investigação tecnológica comum e no da inovação, no da aquisição de matérias-primas e aproveitamentos, no da organização mais racional e programada das vendas nos mercados externos e internos e, finalmente, no das relações positivas com as instituições representativas locais e centrais e até com os organismos económicos públicos.

Completam os limites da extensão e reforço do tecido democrático do país novos factos que se produziram como temos dito, em camadas determinantes do povo e em sectores completos da vida nacional.

Ocupa o primeiro lugar a extensão, sob formas diversas, adquirida pelo movimento de emancipação da mulher, que supõe a irrupção na sociedade da questão feminina — questão pela qual temos lutado durante muito tempo e quase sempre sozinhos. Em 1975, a ONU proclamou o Ano Internacional da Mulher, mas já no ano anterior, na Itália, foi um período que se caracterizou pela extraordinária participação feminina nas lutas sobre os problemas e temas gerais da sociedade. O referendo colocou em evidência o aparecimento de uma maturidade nova entre as massas femininas e, conjuntamente, estimulou a posterior tomada de cons-

ciência da intolerável condição de inferioridade imposta às mulheres.

"Se pretendeis dar uma ajuda efectiva à Itália — dizia Togliatti em 1945 — *reivindicai todos os direitos das mulheres, lutai pelo reconhecimento completo desses direitos"*. Esta indicação converteu-se já num património de movimentos cada vez mais alargados: a prova está no empenhamento feminino, nas eleições escolares, nas lutas do trabalho, na acção pelo novo direito familiar, nos mil episódios de acção acerca do problema da emancipação. É preciso que tais movimentos se alarguem, que a construção de uma organização autónoma e unitária das mulheres como é a União das Mulheres Italianas conte o mais amplo apoio democrático e que, ao mesmo tempo, se processem outras iniciativas, outras formas de associação e lutas mais vastas. Para nós, a emancipação da mulher significa mudar as coisas e as ideias: enfrentar a condição da mulher no que respeita ao trabalho, à família, à sociedade. Nós partimos dos problemas específicos da condição feminina para os encarar e resolver, mesmo no plano imediato e da melhor maneira possível. Mas ao mesmo tempo sabemos que cada um destes temas, desde o direito ao trabalho até às novas opções para os consumos colectivos e os serviços sociais, coloca grandes problemas estruturais e até grandes modificações cada dia mais crescentes na forma de pensar, nas relações humanas e nos hábitos. O movimento operário deve, pois, compreender

plenamente que do movimento feminino surge, e deve surgir, um incitamento que ultrapasse qualquer problema específico e proponha a renovação global da sociedade.

No ensino ocorreram também factos novos que se destinam a marcar modificações profundas e positivas na vida democrática do país e culminaram, marcadamente, com a participação massiva nas eleições escolares, com a eleição de dezenas de milhares de professores, pais de alunos e estudantes em orgãos de tipo diferente. Foi uma experiência extraordinária, cheia de valiosos ensinamentos, e explica-se, como escreveu o camarada Longo, com "o renovado gosto pela democracia que a gestão autoritária e exclusivista dos assuntos públicos, longe de enfraquecer, tornou em todo o caso mais vivo". Uma experiência democrática como esta demonstrou que amplas massas de cidadãos, ligados tradicionalmente a posições de centro e até de direita, influenciados por certos preconceitos, se podem deslocar para posições mais avançadas no sentido democrático e reformador, na medida em que se activam, em que participam numa confrontação, em que são chamados a viver directamente a vida democrática. É preciso empenharmo-nos agora a fundo para contribuir no sentido de continuarem vivos e actuantes estes novos organismos, para que se não frustre tão grande paixão e participação popular e se superem pouco a pouco os elementos de confusão que a primeira fase desta experiência trouxe inevitavelmente à luz do dia.

Ao mesmo tempo, claro, é preciso captar o sentido do que se passa em amplas camadas de intelectuais: massas de professores, grande parte de investigadores científicos confluiram nos sindicatos confederais; outras forças intelectuais — como os jornalistas — procuram com as suas organizações autónomas uma ligação com o movimento dos trabalhadores. Portanto, existe um impulso democrático, a necessidade de se agrupar em formas novas, romper os vícios do corporativismo e do sectorialismo que encontra ampla afirmação no alargamento e multiplicação de centros democráticos no campo cultural, actividades recreativas, desportivas e até organizações unitárias como a Associação Recreativa e Cultural Italiana (A.R.C.I.) e a União Italiana do Desporto Popular (U.I.S.P.).

No que se refere à organização de um tecido democrático articulado a nível territorial, estão também a aparecer experiências novas e prometedoras (comités de bairro, conselhos de zona e de aldeia, comunidades montanhesas), que representam uma positiva articulação e descentralização na própria vida do Estado e em particular na actividade das regiões e distritos, abrindo-se assim novas possibilidades de participação dos cidadãos, das diferentes categorias e das suas organizações na vida democrática e nas decisões dos poderes públicos.

Consideramos que se deve e pode percorrer, entretanto, um largo caminho em todas as direcções indicadas. O destaque que damos ao tema do desenvolvimento das diversas formas do que poderia

designar-se como democracia de base não significa absolutamente que se aceite as abstrusas teorizações acerca de uma democracia directa, que seria a única genuína e deveria entrar necessariamente em conflito com as instituições da democracia representativa.

O desenvolvimento da democracia de base é concebida por nós, em contrapartida, como algo que, por um lado contribui para resolver os problemas com a participação e a iniciativa mais ampla dos cidadãos e, por outro lado, pode oferecer alicerces mais sólidos às instituições representativas e ao Estado democrático. Os comunistas não têm concebido nunca a descentralização e a articulação como um enfraquecimento das funções proeminentes da abordagem e da opção nacional que dizem respeito aos poderes centrais do Estado democrático. Neste sentido, apenas nos resta reiterar a posição defendida no Comité Central. Somos partidários de uma democracia profundamente articulada, mas também demasiado forte: forte, porque apoiada com a confiança e a inicaitiva dos cidadãos e das suas diversas organizações, mas forte também porque os órgãos de poder político a que corresponde a orientação geral do país devem saber tomar com oportunidade, eficiência e clarividência as decisões que lhes competem e saber fazê-las respeitar por toda a gente.

O desenvolvimento da democracia de base, o alargamento de um tecido democrático na socieda-

de civil, não pode contribuir apenas para o mais eficaz funcionamento das instituições da democracia representativa (é esta a lição que deriva para todos das experiências riquíssimas realizadas nas regiões administradas por forças de esquerda), mas pode também dar impulso ao saneamento, à regeneração, à renovação dos partidos políticos numa República que assenta no sistema dos partidos e na sua insubstituível iniciativa.

5. Partidos e relações políticas

Na nossa discussão de preparação do Congresso sobre o tema do "compromisso histórico" foi dado particular destaque à análise da política dos diferentes partidos e das nossas relações com eles.

Não repetiremos aqui a análise e as opiniões já expressas, mas vamos limitar-nos a registar algumas novidades e dar resposta a certas interrogações surgidas durante a nossa discussão e no confronto com outras posições políticas.

Um primeiro elemento a destacar é que a crise das posições e grupos de direita se tornou mais aguda. Manifestam-se divergências no próprio MSI, em consequência também do voto a favor que não deram muitos eleitores do MSI no referendo sobre o divórcio e das gritantes conivências que surgiram à luz do dia nestes últimos tempos entre defensores

do MSI e grupos que actuam no campo do terrorismo e da violência criminosa. A crise que desta forma se abriu empurra, por um lado, grupos do MSI para iniciativas de carácter cada vez mais agressivo e provocador e, por outro lado, restringe as bases de apoio que tinha conseguido conquistar, especialmente em certas províncias e regiões. E isto deve levar-nos a dar uma maior e mais rápida resposta ao esquematismo e seguir ao mesmo tempo uma linha que procure, sobretudo, retirar ao MSI qualquer base de massas.

No âmbito dos partidos antifascistas, enquanto a decadência do PLI se acentuou (o seu último fracasso foi o de um chamado "bloqueio laico" que se quedou em pouca coisa), o PSDI sofreu uma nova e evidente derrota no decurso da crise de governo que no passado Outono ele mesmo provocou. Cabe desejar, embora não devamos ter grandes ilusões, que as repetidas provas de aventureirismo e de insipiência do actual grupo dirigente do PSDI determinem nas fileiras deste partido um repensar das experiências fracassadas dos últimos anos e tragam consigo qualquer rectificação, mesmo que seja limitada.

Das posições surgidas no recente congresso do PRI, vamos ocupar-nos disso directamente na parte dedicada aos temas internacionais e explicitamente, como todos se poderão aperceber, noutros pontos da exposição feita sobre os problemas italianos.

Mas vejamos agora a posição da Democracia

Cristã. Nas reuniões provinciais e em muitos artigos publicados nas tribunas do Congresso foi salientado que os comunistas não reduzem a questão católica à questão demo-cristã, embora fora do Partido muitos não entendam isso ou finjam que o não compreendem. Claro, distinguir a forma como nós distinguimos esses dois aspectos, reparando todavia na sua verdadeira ligação, não é nada difícil para quem deseje compreender realmente a nossa estratégia e a nossa atitude política.

Aprendemos com Gramsci a considerar o alcance decisivo da questão vaticana e católica em Itália e todos sabemos os contributos que deram neste campo os camaradas Togliatti e Longo. Existe a questão específica das relações entre o Estado e a Igreja e os acordos que as regulam, mas após alguns anos de inércia dos governos orientados pela Democracia Cristã e dos nossos incitamentos, compreendemos que, finalmente, se empreendeu a negociação para a revisão da Concordata e, embora tendo em conta as experiências passadas, há fortes motivos para um certo cepticismo acerca da efectiva vontade e capacidade dos nossos governantes para levarem a cabo a negociação com o empenhamento e a rapidez necessárias. Mas não pretendemos agora salientar outros aspectos da questão católica, devendo apenas recordar a todas as forças operárias e democráticas, e entre elas aqueles que parecem ter esquecido que esse problema deve sempre ser tido em conta, quer por se tratar de sentimentos

delicados e de convicções profundas de grandes massas com as quais é necessário e possível estabelecer uma recíproca compreensão e uma relação positiva, quer porque a democracia italiana não necessita hoje nem no futuro de revelar desfasamentos no campo religioso.

Mas, a este propósito, queremos sobretudo reiterar e confirmar uma posição de princípio que é a nossa e, por assim dizer, sustenta e justifica as posições políticas atrás referidas: ou seja, a recusa de qualquer dirigismo, a rigorosa fidelidade ao método da tolerância e o respeito por qualquer forma de convicção e de fé. Esta recusa e este método constituem o único terreno apto para a livre e intransigente confrontação das ideias e conquista de novos conhecimentos e outras elevadas formas de civilidade, ao mesmo tempo que estão na base do princípio, que nós sempre afirmamos, do laicismo do Estado, mesmo do Estado e da sociedade que desejamos construir: isto é, de um Estado que não pode e não deve identificar-se com um partido ou com uma particular concepção política e ideológica, nem privilegiar uma fé religiosa, uma igreja ou uma corrente cultural à custa dos outros, mas que deve assegurar as condições fundamentais para o livre desenvolvimento material, intelectual e moral de toda a personalidade e das diversas formações que aí se empenhem.

No que nos diz respeito, podemos dizer que também temos tido isso em conta em todas as nos-

sas atitudes acerca do problema do divórcio, na própria conduta da campanha do referendo e, por último, na atenção que temos dado à questão do aborto.

Reiteramos por isso mesmo a atenção com que tentamos compreender as orientações e a realidade de todos os movimentos dos católicos italianos e o interesse particular que temos em entabular um diálogo com aqueles que, entre eles, exprimem tendências e correntes interessadas em superar a dimensão capitalista da sociedade ou, de qualquer modo, tentam eliminar os seus aspectos mais aberrantes de injustiça e imoralidade.

Mas para lá deste e doutros aspectos, mesmo internacionais, da questão católica, estamos dispostos a enfrentar concretamente o problema da Democracia Cristã. Trata-se de um problema cuja solução — e isto ninguém o contesta — faz depender de forma decisiva os progressos de toda a vida política italiana. Acerca da Democracia Cristã discutiu-se amplamente em todo o nosso Partido e discute-se todos os dias noutros partidos, na imprensa, entre todos os cidadãos. Em contrapartida, falarei aqui muito por alto, dado que muitas das interrogações que se poderiam fazer encontraram já resposta durante as discussões de preparação do Congresso, dado que me parece até que algumas questões se revelam, apesar de tudo, mais simples do que por vezes deram a impressão ou no modo como foram encaradas. Claro, o tema da nossa discussão não é certamente o da denúncia das pesadas responsabilidades da Democracia Cristã pelos prejuízos que a sua política causou na situação italiana e acerca disso pensamos que nem sequer existe hoje nenhuma discordância. O verdadeiro tema é o da crise actual da Democracia Cristã, das suas possíveis dissidências, dos objectivos que devemos propor-nos e do método que devemos utilizar e seguir.

Alguns camaradas, em certas reuniões, perguntaram-se ainda se a política da Democracia Cristã poderia mudar. Claro, como é que um marxista pode pensar que exista um aspecto qualquer da realidade social e política que não possa ser mudado? Até aqui, como é óbvio, estamos ainda numa fase preliminar, embora decisiva e de princípio. Passando ao problema concreto da Democracia Cristã, pode verificar-se acima de tudo que no decurso da sua história alterou não poucas vezes, em aspectos particulares e em aspectos gerais, por vezes de modo negativo e outras vezes de modo positivo, as suas orientações e análises políticas. Mas o que mais conta é precisamente observar-se neste período da Democracia Cristã em que o partido está afectado por uma crise e divergências muito profundas, podendo observar-se que, se por um lado, existe uma direcção obstinadamente agarrada a uma política retrógrada, existe também, por outro lado, uma camada, mais ampla que no passado, que revela as suas dúvidas, reservas e posições declaradas acerca da política e da própria identidade da Democracia

Cristã. Os aspectos concretos desta crise e as suas diferentes raízes e manifestações foram amplamente examinadas em todos os nossos congressos, bairro por bairro, província por província, e amplamente divulgados na nossa imprensa. E este exame será certamente aprofundado — neste congresso e depois dele —, porque estamos perante uma crise que não se revela com certeza destinada a ser facilmente resolvida.

Portanto, esta análise deve prosseguir, mas que fique bem claro que a Democracia Cristã — embora em crise e apesar da tendência para o desgaste das suas posições políticas e eleitorais, originado em grande parte pelos nossos combates — conserva raízes bastante profundas em largas camadas da população, mesmo entre os trabalhadores de todos os sectores.

E, então, coerentemente com toda a nossa perspectiva geral e a nossa política de ampla unidade, é evidente que o objectivo principal só pode ser o de obter, na medida em que isso for possível, uma mudança nas orientações e abordagens da Democracia Cristã num sentido coerentemente democrático e antifascista, num sentido da abertura para uma política de reformas e entendimentos com todas as forças trabalhadoras e populares. Não é possível prever os processos que poderão desenvolver-se no interior da Democracia Cristã em consequência da nossa acção por este objectivo e mesmo devido a outros acontecimentos. De resto, todos recordamos quantas vezes Togliatti insistiu na lição de Marx, segundo a qual ao partido do proletariado não lhe incumbe fazer profecias, mas antes traçar uma perspectiva clara e combater coerentemente para a levar a cabo. E combater pela perspectiva que consideramos mais justa para o interesse e o porvir democrático de todo o país — quer dizer, pela perspectiva de uma mudança positiva da linha da Democracia Cristã — significa intensificar e alargar a iniciativa unitária, combatendo a actual política seguida pela Democracia Cristã.

A política de ampla unidade democrática e popular que nós propomos não só impede como também estimula e favorece a unidade mais sólida da classe operária e dos seus partidos. Precisamente com o objectivo de encabeçar um processo de mais profunda unidade política e ideológica entre as forças fundamentais da classe operária, temos proposto uma discussão e um "repensar" sobre as relações entre o nosso Partido e o Partido Socialista Italiano.

Em diversos sectores deste partido existem muitos elementos positivos e de reflexão sobre os graves problemas da sociedade italiana e sobre o modo de enfrentá-los, elementos que temos destacado muitas vezes, mas também se revelam aspectos de confusão que suscitam algumas preocupações. Verificam-se por vezes posições tendentes a aceitar o sistema de subgoverno (com consequências que foram até agora criticadas pelos companheiros socialistas na sua recente conferência de organização)

e isso no preciso momento em que afloravam posições de um velho e novo maximalismo. Naturalmente, compreendemos desde logo não só a possibilidade, mas também a exigência de discutir em torno de diversas hipóteses políticas — e também o fizemos. Mas é impossível seguir várias linhas no mesmo momento.

Recusamos qualquer tentação de polémica sectária, quer porque exprimiria uma visão imatura e errada do clima e das relações que devem existir dentro do movimento operário e democrático, quer porque certos erros e oscilações não modificam o nosso juízo de fundo: que o Partido Socialista Italiano representa uma força vital e essencial do movimento operário e da democracia italiana.

Deste conjunto de considerações derivou a nossa exigência para uma discussão que faça crescer a unidade ideológica e política entre os comunistas e os socialistas, quer dizer, tenda a impulsionar um processo de colaboração e de crescente unidade das forças fundamentais do movimento operário italiano no que respeita à autonomia de cada uma delas. Não poderia haver nada mais falso do que as posições desses críticos que viram na nossa política do "compromisso histórico" a linha de um acordo entre o PC Italiano e a Democracia Cristã tendente a excluir os socialistas. Pelo contrário, nós concebemos a unidade política da classe operária como o fulcro da estratégia do "compromisso histórico". Ela faz parte essencial de toda a nossa estratégia e é

significativo que alguém se obstine em não compreender isso. De resto, em toda a área da Europa Ocidental também nos movimentamos com esta mesma inspiração, no esforço de uma aproximação entre as forças políticas que exprimem nas diversas realidades nacionais a classe operária e capaz de favorecer mais largos entendimentos democráticos.

Este nosso esforço não descuidou e não menospreza um repensar crítico sobre a nossa própria história. Cabe desejar que em vez de insistir ainda genericamente em supostos "nós" que devíamos desenredar, se valorize no plano concreto a evolução do nosso pensamento e da nossa acção e se proceda com empenho, mesmo por parte dos companheiros socialistas, para se efectuar uma reflexão crítica cada vez mais profunda sobre as vicissitudes do próprio partido e do movimento operário italiano e europeu no seu conjunto. A questão essencial que se coloca de igual modo aos comunistas e aos socialistas consiste em situar-se do ponto de vista dos interesses gerais do movimento operário e do país. A meta a alcançar em conjunto é aquela pela qual trabalharam gerações e gerações de trabalhadores, jornaleiros e camponeses pobres, trabalhadores, jovens, intelectuais, muitos corajosos militantes; concretizar o advento do movimento operário no seu conjunto na direcção política da sociedade e do Estado.

Por parte dos dirigentes de várias forças políticas continua a colocar-se o problema das garantias

que estaríamos em condições de dar acerca dos objectivos e do método que pretendemos adoptar hoje e no futuro.

Confesso que sinto uma tentação de responder com um argumento polémico: mas os outros, sim, que garantias estão a dar ao país a não ser as de o arrastar para a ruína? Que garantias dão aqueles que, no momento em que a garantia máxima para o desenvolvimento democrático se baseia em encabeçar um processo de profunda renovação, se esforçam antes por conservar o que está velho e sobrepor a tudo o mais os problemas dás formações políticas e dos seus dirigentes?

Mas como entre aqueles que insistem no raciocínio sobre as garantias há também sem dúvida homens de boa-fé, queremos dar com serenidade uma resposta breve.

A garantia do nosso apego à liberdade, ao advento democrático — apego que não é exclusivo deste ou daquele comunista, desta ou daquela pessoa, mas de todo o Partido Comunista Italiano — reside essencialmente no que temos feito e continuamos a fazer. Mas reside também em mais duas coisas: na existência de um amplo, robusto e articulado tecido democrático, com muitos elementos de autonomia; na consciência política dos cidadãos e no seu apego à liberdade. E, para assegurar estas duas garantias decisivas, os comunistas têm dado e continuam a dar o seu importante contributo.

6. As questões da batalha ideológica e da vida moral

As questões da cultura, das orientações ideológicas e da vida moral adquirem um valor cada vez maior na luta pelo saneamento e renovação da sociedade italiana.

A estas questões foi dedicada em Janeiro uma sessão do Comité Central e da Comissão Central de Controle: o longo relatório do camarada Napolitano e a valiosa discussão que se desenvolveu naquela reunião permitem que me limite agora a fazer algumas breves considerações sobre o ponto que me parece mais importante em relação à perspectiva geral que pretendemos abrir ao país.

Não restam dúvidas de que o primeiro dado se baseia em que na Itália é incontível a ânsia de maior liberdade. Há quase uma explosão de aspirações e direitos reprimidos desde há décadas e até mesmo desde há séculos; rapidamente se alteram os hábitos e modos de vida. Neste sentido, também a Itália está a realizar finalmente um salto em frente e, na Itália, este despertar civil e cultural traz em muitos aspectos a marca de um movimento particularmente avançado das classes trabalhadoras e dos seus ideais.

Mas consideremos com atenção alguns aspectos contraditórios. Acima de tudo, o afrontamento entre as aspirações a uma vida mais livre e uma ordem social mais justa e a existência de um sistema, de

leis e de formas de governar velhas e ultrapassadas, agudiza as tensões e faz por vezes que os desejos de liberdade se exprimam de modo exasperado. Além disso, no seio destes mesmos impulsos vemos aparecer não apenas fenómenos desagregadores e associais e casos extremos de cega violência, mas outros elementos não positivos ou de sinal ambíguo: tendências particularistas e corporativas, formas de egoísmo, recusa de qualquer atitude contemporizadora e a devida consideração pelos interesses da colectividade.

Para os comunistas não é certamente difícil situar as causas mais profundas destas orientações nas estruturas da sociedade, nas injustiças desgarradas e na desordem que sabem estar presentes na actual ordem mundial e na forma como se desenvolveu a sociedade italiana, na decadência da hegemonia burguesa. A afirmação de uma nova ordem social e a luta para o conseguir permitirão assentar em bases superiores também a vida cultural e moral. Mas nós não podemos limitar-nos a afirmar esta verdade. Com efeito, existe a necessidade de entabular uma batalha específica no terreno moral e ideal, que se mostre coerente com os nossos princípios e com as perspectivas pelas quais trabalhamos.

A nossa missão, a que não podemos renunciar, consiste em dar o maior contributo à formação nos trabalhadores e no povo de uma consciência mais sólida. Mas como deve fundamentar-se hoje esta

formação? Em primeiro lugar, assenta, como é óbvio, na rebelião perante as injustiças e os atropelos e na convicção de que é necessária uma luta colectiva para criar novas relações sociais. Mas a educação socialista implica também que cada pessoa sinta a sua própria afirmação, não se deixe arrastar para qualquer impulso momentâneo, mas sim num entrelaçamento de direitos, alegrias, esforços e deveres; não deve ser um conflito com os outros indivíduos sobre quem se deve predominar por todos os meios, mas uma contribuição responsável para o auge e a renovação de toda a sociedade.

Por isso, enquanto mantemos bem firme a denúncia da hipocrisia dos apelos que fazem à classe operária aqueles que são responsáveis pela crise da Itália (e que nem sequer sabem agora ser os primeiros a dar o exemplo), nós devemos empenhar-nos a fundo para enraizar cada vez mais solidamente na consciência dos trabalhadores e dos jovens os sentimentos da solidariedade de classe e nacional.

Por isso, também a nossa crítica ao extremismo não é somente política. No campo político, a nossa condenação a qualquer manifestação de aventureirismo e de provocação é total e seria correcto que a essa condenação começassem também a associar-se de forma diferente os grupos que criticam a nossa política. Mas é verdade que o deslizar para o aventureirismo e a provocação se torna quase inevitável quando a acção de massas e a política unitária se substituem através de uma abordagem estreita e

sectária da luta política e social. No campo político, não se podem deixar sempre de recordar os clamorosos erros de análise e a macroscópicas incoerências dos grupos extremistas. É suficiente relembrar o terror que sentiam há alguns anos acerca da possibilidade do reformismo burguês e sobre a inevitabilidade da integração social-democrata das massas; devemos lembrar ainda as polémicas travadas contra nós, porque não considerávamos superada a luta antifascista, enquanto agora, pelo contrário, se vê o fascismo em todo o lado e é tão actual que favorece a formação de um bloco reaccionário. E porque não recordar a absurda posição tomada por estes grupos nas eleições escolares, posição que demonstrou o seu profundo distanciamento da realidade do país e das orientações das grandes massas de estudantes?

Mas a nossa crítica, mais que política, é também cultural, pela acção deseducadora que esses grupos desenvolvem, especialmente num período em que múltiplos impulsos de carácter anarquista, individualista e irracionalista fazem com que seja mais do que nunca necessário empenhar-se para elevar e difundir o hábito pelo rigor revolucionário das análises e das perspectivas, pela seriedade intelectual, pelo esforço cultural, pela reflexão e a investigação crítica com a nossa própria inteligência.

Ricas potencialidades se dispersam ou se desviam, forças juvenis cheias de coragem e de abnegação são orientadas para objectivos ilusórios e

actividades inconsequentes. Nós dirigimo-nos agora a essas energias, confiantes na força de convicção da nossa linha e do nosso método e na lição permanente que provém das coisas e das experiências de luta e conscientes, por isso mesmo, de que é sempre necessário um espírito crítico vigilante para as nossas insuficiências na batalha ideológica e na acção quotidiana em que por vezes se abandona o campo à penetração, quer com atitudes de carácter oportunista, quer com atitudes de carácter extremista.

III

AS ELEIÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS

Temos referido já as próximas eleições regionais e municipais e reiteramos a necessidade de que se realizem nos prazos previstos pela Constituição e pela lei.

Vamos assim ao encontro de uma grande e comprometida batalha: para ela devem olhar com seriedade todas as nossas organizações, de forma a que a sua concretização assinale, no nosso país, outro avanço da democracia.

Não é preciso alargar-me aqui sobre os vários e complexos aspectos desta batalha: outros camaradas intervirão certamente para abordar os seus aspectos gerais e particulares. De qualquer modo, não me parece ser este o lugar para definir os programas que apresentaremos aos eleitores.

Participaremos nas eleições regionais e municipais com o sentido político que deriva de tudo o que temos afirmado até agora, mas ao mesmo tempo colocaremos a nossa atenção nos conteúdos e

fins específicos e concretos sobre os quais, região por região, província por província, município por município, os eleitores serão chamados a julgar e a decidir por quem devem votar.

Recusamos desde já — e recusaremos nas próximas semanas — qualquer tentativa de dramatizar a campanha eleitoral para a transformar numa espécie de cruzada ou de plebiscito. Nessa direcção se mobilizam essas forças e esses homens que, começando pelo secretário da Democracia Cristã, quiseram dar a entender que em Junho não se votará para eleger quem deve administrar as regiões, províncias e municípios e de que forma se devem resolver os problemas que interessam às populações, mas que se decidirá em contrapartida se os comunistas devem entrar ou não no governo do país. Todos os meios serão tentados por aqueles que desejam empurrar as coisas para esta dramatização, sem excluir as verdadeiras e autênticas provocações. Recusar estas provocações, reduzir sempre o raciocínio às suas reais dimensões políticas, exortar a própria razão — são estas, aliás, as nossas tarefas fundamentais.

O nosso país, para poder enfrentar a grave situação actual e sair da crise, necessita igualmente de administrações regionais, provinciais e municipais eficientes, compostas por homens honrados e capazes, assentes em amplos entendimentos democráticos e num consenso muito amplo de massas, que sejam a expressão de um bem articulado tecido

democrático. A política discriminatória que nós formularemos, e cuja profunda justeza todos a compreendem, está entre quem deseje contribuir para resolver os problemas e, portanto, não recuse os entendimentos políticos indispensáveis para este objectivo e aqueles que, em contrapartida, colocam em primeiro lugar a luta ideológica e a oposição frontal, formulam questões preconcebidas e, portanto, dificultam os acordos que são precisos para enfrentar os problemas concretos que afligem os cidadãos, prejudicando desse modo as comunidades locais e todo o país.

Nós vamos participar nas eleições com a clareza dos nossos propósitos unitários, mas também com a força que nos cabe pela forma como temos dirigido em muitas regiões, províncias e municípios de Itália. Não se trata aqui de fazer uma propaganda mais ou menos hábil, mas de tirar partido de um reconhecimento que é unânime, que é mesmo internacional. O principal esforço que temos feito, nas zonas onde temos administrado, parece-me que é o de ter alargado o tecido democrático para permitir a mais ampla participação dos cidadãos de todos os partidos políticos ou mesmo sem partido na discussão sobre os mais importantes problemas da vida colectiva e no trabalho a realizar para os enfrentar e resolver. Seguindo esta linha, pensamos prosseguir com a convicção de que a descentralização e a articulação da democracia são a condição essencial para renovar a vida social e civil do nosso país. Am-

pliar a vida democrática para que nela participem os municípios, províncias e regiões na acção que é necessária para conseguir que o país saia da crise, enfrentar e resolver os problemas das grandes cidades, dos pequenos lugarejos do campo e da montanha: são estes os objectivos em que hão-de basear-se os programas que exporemos nos próximos dias aos eleitores.

Para as regiões chamaremos os cidadãos para discutirem sobre esta primeira experiência de cinco anos e para as perspectivas que agora se abrem. Também no auge da luta eleitoral, não deixaremos de fazer salientar, perante os eleitores, o elevado valor inovador que teve, ao fim de duas décadas de luta, a instituição das regiões com estatuto ordinário e o alcance do trabalho unitário que foi realizado na elaboração e aprovação dos seus estatutos. Com efeito, as regiões, no seu conjunto, foram centros de unidade antifascista e pontos de referência para muitas lutas das forças democráticas, contribuindo para fortalecer e alargar a resposta aos problemas subversivos. Tal como os sindicatos, as associações camponesas e cooperativas, as organizações das camadas médias urbanas encontraram nos conselhos regionais grande apoio e defesa. Além disso, começou a passar-se — embora com diferenças muito grandes entre umas e outras regiões — a uma concepção regional dos problemas e do desenvolvimento económico.

Claro, devemos assinalar aqui muitos dos elementos negativos: em primeiro lugar, os que resultam da política dos governos que continuou a ser, na sua essência, anti-regionalista. Nas regiões dirigidas pela esquerda — a par de iniciativas económicas que ajudaram a defender os níveis produtivos e conseguiram satisfazer de modo colectivo e social as necessidades primárias das populações (transportes, escolas, construção de casas, estradas, etc.) com a aplicação de novos processos —, foram feitas experiências de desenvolvimento da democracia política e organização do poder que ampliaram o diálogo com as forças sociais e o controle por parte dos cidadãos. Houve mesmo a preocupação de fazer participar as minorias e em levar a cabo novas formas de gestão democrática, de superação de sistemas anquilosados e corporativos. Além disso, registou-se mesmo o começo, embora com dificuldades, da delegação de poderes aos escalões mais baixos, isto é, de revivificação dos departamentos e regiões. Mas em certos locais, infelizmente, ocorreram casos muito graves, quer de paralisia por causa do predomínio das manobras e contrastes dos grupos e das facções políticas, quer pela centralização em prejuízo das províncias e dos distritos, quer ainda pela proliferação (o que infelizmente aconteceu na maioria dos casos) caciquista dos aparelhos burocráticos.

É inútil salientar que nós colocaremos com toda a evidência perante os eleitores a questão de que o ordenamento regional deve realmente exprimir as

suas potencialidades, quer dizer, deve ser um dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da democracia, por uma nova forma de governar, por uma política económica de opções rigorosas em todos os sectores, por uma perspectiva meridionalista e reformadora. Na verdade, devemos preparar-nos para uma batalha orientada neste sentido a partir do próprio dia em que se encerrem os trabalhos deste Congresso. Queremos participar numa campanha de tipo novo, sem se repetir exaustivamente velhas fórmulas e velhos hábitos.

Recentemente, tivemos duas experiências diferentes: o referendo de 12 de Maio do ano passado e as eleições para os órgãos escolares. Devemos entabular uma discussão tranquila e razoável com todos os eleitores. Devemos organizar debates, confrontos e encontros, em que toda a gente não deva apenas escutar, mas que possa também falar para exprimir as suas opiniões, a sua vontade, as suas aspirações.

Mas não nos deixemos levar por optimismos fáceis. É verdade que a atenção para connosco é hoje muito evidente. A crise da Democracia Cristã é profunda. Mas graves e perigosas — nunca o devemos esquecer — são as insídias e os perigos que temos diante de nós. Vamos para uma batalha com razoável confiança na nossa força e nas nossas possibilidades, mas com a convicção de que o que mais contará,

como sempre, será a clareza e a limpidez da nossa linha unitária, o carácter incisivo da nossa iniciativa política, o trabalho de todos os militantes do nosso Partido.

IV

A EVOLUÇÃO DO NOSSO PARTIDO E AS SUAS NOVAS RESPONSABILIDADES

Afirmámos já no período que decorreu desde o anterior Congresso que o nosso Partido aumentou, constante e progressivamente, a sua força e o seu prestígio político. Não existem dúvidas de que tal se deve à linha política e às iniciativas com que temos enfrentado os difíceis problemas de ordem internacional e até mesmo interna. O Partido Comunista foi um dos baluartes do que poderíamos chamar o "farol" do país, da sua resistência democrática perante os acontecimentos e certos crimes graves e dramáticos. E, sobretudo, é desta vanguarda que resulta em grande parte a conhecida sensação de que, embora com os perigos que estão implícitos na situação, ficaram abertas as vias do progresso democrático.

Verificamos agora como se multiplicam, em áreas sociais e políticas tradicionalmente afastadas de nós, certas atitudes e juízos objectivos a nosso

respeito, e o reconhecimento, mesmo de quem não partilha da nossa linha geral, de que representamos uma grande e segura força, que se não limita a uma altiva presunção da sua infalibilidade. E se é certo que manifestamos um sentido de razoável orgulho por tudo o que o nosso Partido soube fazer pela Itália, o que predomina em nós é o sentido de responsabilidade para com a classe operária e para com todo o país. Quando tomamos em consideração o desenvolvimento que teve e a função que exerceu o nosso Partido nestes últimos e difíceis anos, não consideramos isso como o resultado de uma mera habilidade política, mas antes como a consequência de alguns sólidos pressupostos. E o primeiro deles está incluido na história do nosso Partido, no seu grande património de sacrifícios, lutas, experiências, realizações: é um processo que faz parte integrante da história nacional.

Por isso mesmo — e aqui está o segundo pressuposto —, o nosso Partido é ao mesmo tempo a expressão e a consciência da classe operária e do povo, o resultado mais elevado do movimento de emancipação do mundo do trabalho: as raízes que o nosso Partido tem entre as massas populares não são apenas indestrutíveis, mas por sua vez alimentam a nova força e a sua contínua renovação.

Por fim, foi decisiva a nossa política unitária e nacional e o nosso modo de ser e de actuar nas atormentadas vicissitudes do último triénio.

São estas algumas das razões mais significativas

do peso crescente que temos na vida nacional.

Temos enfrentado e devemos enfrentar problemas muito difíceis, como os que surgem por causa da crise do capitalismo. Temos que encarar difíceis questões como as que se referem aos delicados problemas da ordem pública, dos crimes horríveis, da violência política, do aumento da criminalidade comum — questões essas que, no fundo, se resumem na defesa da ordem democrática do perigo fascista e da involução autoritária. Verificaram-se situações terríveis, como alguns atentados e diversos actos de carnificina. Perante tais problemas e semelhantes situações, qualquer erro ou mesmo atitude mental podia comportar um certo preço político, podia ser mesmo um retrocesso. E se tivéssemos cometido erros graves, como seriam, por exemplo, o de nos limitarmos à denúncia ou reagir com nervosismo, contrariando todos os argumentos e caindo assim nas provocações, ou pior ainda, se tivéssemos cometido o erro de esperar que a crise se precipitasse catastroficamente, isolando a vanguarda operária no seu sectarismo, se nos tivéssemos movimentado dessa forma, ter-se-ia registado uma involução geral e a situação política poderia ter-se precipitado.

O Partido tem actuado globalmente nos difíceis anos que decorreram desde o XIII Congresso, desenvolvendo de forma nova e original, na acção política e adoptando também novas atitudes, os motivos fundamentais e a essência do pensamento

gramsciano e togliattiano, os pontos mais altos alcançados na profunda acção e elaboração política do nosso Partido.

Temos procurado sempre manter bem firmes, mesmo nos momentos de tensão política mais aguda, as finalidades gerais da nossa acção, a ligação entre os objectivos imediatos e os objectivos históricos que nos são próprios, quer dizer, a emancipação do mundo do trabalho, a revolução democrática e socialista. Temos feito isso não apenas e enquanto como propaganda do socialismo, mas superando no plano concreto o velho limite do movimento operário que consistia na separação de facto entre a acção política e a perspectiva socialista, reduzindo esta à simples propaganda. Nos tempos mais recentes, esta separação não foi uma das causas últimas do duplo limite do reformismo e do maximalismo. Nós temos procurado estabelecer sempre uma ligação viva e operante entre a acção imediata e a perspectiva do socialismo. E isso fizemos ainda mesmo recentemente, quando, perante os problemas da crise capitalista, no âmbito da qual se situa a crise do nosso país, falámos na necessidade de encontrar uma saída fora da lógica do capitalismo e como é urgente adoptar soluções que contenham os elementos do socialismo. Como é evidente, não se trata aqui de dar um passo atrás, não se trata de um processo redutivo do nosso objectivo geral, que é o socialismo; é antes, pelo contrário, um processo real de avanço para ele, dado que indica um caminho geral de luta que tende a enfrentar as contradições e os problemas graves do presente com soluções reais que já introduzem hoje, na evolução do velho mundo, elementos concretos de socialismo.

Claro que sabemos muito bem que isto é hoje possível em face das alteradas relações de força no Mundo e também por isso, na nossa acção, temos tido sempre presente a própria dimensão internacional, as condições existentes no mundo, a conexão dos problemas italianos com os europeus e mundiais, a par da dominante novidade do problema nuclear. A via italiana para o socialismo e a perspectiva de paz e de coexistência pacífica contêm uma profunda unidade porque surgem de uma atenta consideração, não só das particulares condições nacionais, mas também das relações e condições que se colocam no plano internacional.

Além disso, que outro país apresenta problema tão complexo e também decisivo para a própria perspectiva socialista das relações com a Igreja Católica, com o mundo católico, mesmo com a Democracia Cristã? Desta forma, a realidade da existência de várias formações políticas que se colocam à classe operária, que têm uma larga vida e manifestam uma profunda vitalidade, contribui para que coloquemos da forma nova que todos conhecem tanto os problemas do pluralismo político (mediante a clara definição de um Estado socialista e de uma sociedade socialista baseados na pluralidade de

partidos e num sistema de autonomias), como a afirmação de princípio de que o Estado socialista deve ser laico, não confessional e não ideológico, quer mesmo a questão da unidade política da classe operária, não vista já em termos de um partido único, mas através de relações positivas e concretos processos unitários entre os partidos da classe operária e de todas as forças que, devido mesmo ao efeito de uma autêntica e profunda consciência religiosa, aspiram ao socialismo e desejam lutar por uma sociedade mais justa e mais livre.

Ora, tudo isto contribui para acentuar ainda mais essas características positivas e responsáveis que são próprias da nossa política. Em suma, não existe problema nacional (desde as questões da economia às da ordem pública; desde os problemas do funcionamento das instituições democráticas aos da administração pública; desde os problemas das forças armadas aos da segurança pública; desde os problemas da família aos do ensino) sobre os quais não se tenha, pela nossa parte, procurado apontar soluções, introduzindo por vezes até algumas correcções na nossa linha de acção e na forma de abordar e considerar os problemas. Tudo isto não pode considerar-se erróneo ou como mera atitude táctica, mas antes considerar que reflecte algo de muito mais profundo, o que, de resto, foi já observado por outras forças políticas. A esses contributos da nossa elaboração e da nossa acção política se vincula a discussão sobre o que se chama a

nossa evolução — discussão essa que noutros partidos tem alguns momentos significativos de ruptura com o anticomunismo preconcebido. Os incitamentos ou as críticas que nos são alheias nós valorizamo-las objectivamente e consideramo-las como elementos de um debate político e histórico que desejamos seja fecundo e produtivo.

O que agora desejamos salientar, para lá do carácter específico das várias questões que são objecto de discussão, é que os avanços e também as correcções da nossa linha geral e do nosso modo de actuar não são o resultado de um revisionismo que conheceu já a sua derrota nos anos da II Internacional, nem de um reformismo subalterno; pelo contrário, cremos que neste processo de desenvolvimento que é o nosso ou, se quiserem, de evolução política e teórica, exprime-se, embora com certo desassossego, uma crescente afirmação da função dirigente nacional da classe operária italiana, da verdadeira consciência que no mundo está cada vez mais a ser chamada para desempenhar o movimento operário internacional, todo o movimento de libertação das grandes massas trabalhadoras e dos povos, pela solução das questões decisivas da paz, da salvação e progresso da civilização humana. E isto se compreenderá melhor se entendermos que este complexo processo não só é devido a um esforço subjectivo do nosso Partido, mas tem as suas raízes numa verdadeira convulsão histórica, que não é apenas italiana, mas que na Itália se revela

particularmente evidente. Com a destruição do Estado liberal-democrático do Ressurgimento e depois com a queda do fascismo, foi duplo o fracasso histórico da burguesia italiana. Através da luta antifascista e da sua resistência, a classe operária garantiu a sua função dirigente nacional. Sucessivamente, as classes dominantes italianas puderam resistir e perdurar só em virtude dos conhecidos factores internacionais e internos. Resistiram e perduraram, mas demonstraram também a sua incapacidade para dirigir o país e resolver os problemas nacionais.

O desenvolvimento do Partido e da sua acção, que naturalmente se deve acima de tudo à sua justa linha política, exige também que se cuide atentamente da organização, do seu quotidiano modo de trabalhar, do seu estilo laborioso de grande formação política.

Neste aspecto, são significativos os dados do crescimento organizativo do Partido. Após um período de dificuldades que, a partir do finais dos anos 50, se reflectiram negativamente no desenvolvimento organizativo do Partido (diminuição de militantes inscritos, menor activismo, etc.), na última fase — e, sobretudo, a partir de 1972 —, todos os números do Partido marcam a sua contínua ascensão. Em relação ao último Congresso, podemos salientar que hoje contamos com mais de 135.000 militantes, quase 450.000 simpatizantes, é maior o número de mulheres nossas companheiras, muito mais amplo e rigoroso o empenhamento dos

nossos militantes. Em 13 de Março de 1975, o número de militantes inscritos no Partido Comunista Italiano é de 1.601.507. Sintomas relevantes de evolução produzem-se já em diversas províncias do sul e em certas zonas do norte, onde sempre dispusemos até agora de uma força exígua e minoritária. A imprensa do Partido e mais em geral a literatura comunista encontra-se em acentuada ascensão.

Tal crescimento, que se exprimiu por si mesmo num considerável afluxo de novas gerações e de novas forças intelectuais, repercutiu-se positivamente na composição do Partido, que se tornou mais enriquecida. A extensão e a crescente diferenciação dos campos de acção dos comunistas comportou o desenvolvimento do activismo, não apenas como aumento quantitativo do seu quadro activo, mas como acção mais complexa, com uma maior valorização das diversas aptidões.

Esta evolução fez-se evidenciar, sem dúvida, na discussão preparatória do Congresso, acerca da qual se deve aqui expressar um juízo positivo geral. É certamente difícil, se não impossível, resumir numa breve síntese a discussão em que participaram centenas de milhares de camaradas em mais de 11 mil reuniões de células e em 115 reuniões de federações provinciais. A discussão foi verdadeiramente alargada e ampla, desde os pequenos aos grandes centros, nas terras onde há emigração italiana e até mesmo na longínqua Austrália. Mas, para lá da quantidade, cabe destacar a qualidade do debate,

quase sempre animado e apaixonado. Foi uma discussão rica e multifacetada, na qual se entrelaçou a discussão sobre os problemas gerais da nossa linha com os conteúdos concretos das nossas propostas económicas e políticas e com o modo de trabalhar do Partido. Se nessa discussão não houve contraposições nem dúvidas — sinal de amadurecimento unitário da consciência política —, a confrontação das ideias e do que poderíamos chamar as "demarcações", foi viva e bastante polémica. Não faltaram, dentro de um efectivo exercício da democracia, as contribuições originais, as reservas críticas, os desentendimentos que fizeram avançar a discussão. Mas tudo isso se produziu com profundo espírito unitário, com um grande sentido de responsabilidade , com o interesse de encontrar as mais completas sínteses. É este o nosso método de livre debate que tende à unidade e pensamos que isto é bom para o Partido, para os trabalhadores, para a democracia e para todo o país.

Mas isso não significa que o exercício da democracia dentro do Partido não tenha limites e defeitos. É preciso desenvolver ainda mais profundamente o método e o hábito democrático que nos caracteriza e que tem como fundamento a participação de todas as nossas forças na formação das opções, da linha do Partido e na sua aplicação prática. Devemos dar atenção para se não cair na complacência e na preguiça, precisamente na altura em que a situação política, tão dramática e tensa,

deve estimular a severidade para connosco, para com o que ainda não caminha bem, para tudo aquilo que deve ser corrigido e alterado. Ou, por outras palavras, devemos assinalar que há fenómenos de resistência ao permanente exame crítico, susceptibilidades que são excessivas, mesmo no nosso seio, quase um certo cansaço, como se a indispensável atitude de reflexão crítica não coubesse, na verdade, a todos nós.

O crescimento do movimento sindical, da sua autonomia, do seu compromisso não só no plano contratual, mas também no desenvolvimento e nas opções da política económica; a multiplicação da articulação democrática da sociedade e do Estado com a criação das regiões; o aparecimento de novos organismos democráticos como as comunidades da montanha, os conselhos nas escolas e uma articulação mais alargada, democrática, territorial e sectorial, colocaram ao Partido novos problemas. Embora tudo isso constitua um avanço da democracia, neste mesmo desenvolvimento encontram-se implícitas certas dificuldades que devem ser superadas. Devemos evitar o economicismo, a dispersão, o predomínio de interesses e concepções particularistas. Partido de luta significa em primeiro lugar que o partido deve voltar a adquirir, nesta múltipla diferenciação da organização democrática, uma capacidade mais elevada de unificação e de síntese política que corresponda aos interesses do povo e do país. Este é um problema que incumbe a todos os

partidos democráticos, aos partidos da esquerda em primeiro lugar, e não apenas ao nosso.No entanto, cabe ao nosso Partido, pela sua própria natureza, uma tarefa especial que consiste em promover o debate, mas também um amplo movimento real de luta que torne operante essa síntese política e desse modo incite também as outras forças políticas democráticas não só para um confronto de ideias, mas ainda para um empenhamento na acção.

Por tudo isso, o debate cultural e teórico — indispensável para nós — deve elevar-se e apurar-se, deve mesmo superar certas angústias e abstracções e ter a sua confirmação no confronto directo com os problemas e o movimento real.

Os problemas da estrutura do Partido surgem também destas inovações e devem ser colocados em relação, entre outras coisas, com as modificações da estrutura do Estado num sentido regionalista; a necessidade de uma ligação mais íntima com a classe operária, com as massas femininas, no seio das quais se realiza desde há algum tempo um grande processo de renovação da mentalidade e da consciência de si mesmas; as massas juvenis populares que efectuaram um grande salto em frente na instrução e na cultura e rapidamente adquirem uma consciência e um sentido da responsabilidade política, no exacto momento em que se encontram perante o grave problema do seu acesso à produção e do seu lugar na sociedade, tendo já conquistado o direito de voto a partir dos dezoito anos de idade.

Tudo isto exige que se abra uma nova fase na nossa política organizativa, que se actualizem as nossas estruturas organizativas, o nosso processo de trabalhar em relação a tais inovações. Daremos um único exemplo: nas discussões e reuniões a nível provincial não se discutiram suficientemente nem se destacaram as questões das plataformas regionais e o caso é muito singular se se pensar que nos encontramos quase no termo do primeiro quinquénio das regiões e quase em vésperas das eleições regionais. Deve reflectir-se se a estrutura da federação provincial se deve manter ainda com o mesmo peso que tem agora na estrutura organizativa do nosso Partido.

Continuando a ser válida a observação do persistente desfasamento entre a influência geral das nossas ideias e da nossa política no seio das novas gerações e a força organizada da Federação Juvenil Comunista Italiana (F.G.C.I.), a experiência da participação dos jovens nas eleições para os conselhos escolares e o importante papel desempenhado pela F.G.C.I. nesta batalha demonstra as possibilidades que existem para o crescimento organizativo da F.G.C.I. Mas este problema, que é de resto o de fazer com que a F.G.C.I. seja uma verdadeira organização de massas, pode resolver-se dando nova atenção à juventude trabalhadora. E não apenas à juventude trabalhadora, mas também a essa enorme massa de jovens que não estudam para lá do ensino obrigatório e logo se vêem sem trabalho

ou encontram um emprego mais ou menos precário através das formas mais variadas, tanto no sector terciário como na agricultura. O peso crescente dos estudantes não deve levar-nos a ignorar que uma elevada parte dos jovens trabalha, ou está desempregada, e que a conquista destes jovens é condição indispensável para fazer da F.G.C.I. uma organização de massas. Mas, para que tal aconteça, é naturalmente necessário que nessa tarefa se empenhe todo o Partido.

Algumas considerações se podem fazer em relação com o trabalho essencial do Partido. Exercer uma função dirigente global, isto é, marcar a linha política geral com a intervenção eficaz e oportuna nas mais diversas circunstâncias e situações, exige um método de direcção que se fundamente ao mesmo tempo numa ampla relação com o Partido no seu conjunto (para suscitar também uma mais alargada circulação das ideias), na capacidade de síntese, na eficiência de uma coordenação flexível e compreensiva dos múltiplos aspectos do trabalho do Partido. Com este objectivo, além de criar instrumentos de investigação mais eficazes, de conhecimento e de análise da realidade, além de utilizar melhor aqueles de que já dispomos, é preciso encontrar um equilíbrio mais justo entre uma estrutura bastante articulada e variada do centro e a necessária unidade de direcção.

Mas para lá destes problemas inerentes a alguns aspectos do desenvolvimento do Partido, existem

questões que afectam aquilo a que poderíamos chamar o "estilo" do nosso trabalho, a mesma forma de trabalhar, a mentalidade — como se poderia dizer — com que actuamos no Partido e na sociedade. Verificou-se, apesar da evolução, uma certa sedimentação de modos ultrapassados de ser e de trabalhar, uma certa rotina que por vezes mergulha no sectarismo e em formalismos que impedem a compreensão dos novos problemas e desorientam a direcção. No trabalho do Partido criam-se por vezes dificuldades quando todas as questões se colocam no mesmo plano e não se realiza a sua devida selecção. A crise que estamos a viver exige a máxima capacidade de concentração acerca dos objectivos essenciais.

Para superar estes atrasos e estas sedimentações que impedem quase como anacrónicas formas litúrgicas, o contacto com a vida e com o que é novo, devemos actuar para conseguirmos, ao mesmo tempo, um novo e renovado sentido prático e um novo alento ideológico e cultural. É essencial o equilíbrio entre estes dois momentos, para que o sentido prático não caia no praticismo e o empenhamento ideológico e cultural não se circunscreva a um debate abstracto ou académico; isso conquista-se com trabalho, combatendo contra a superficialidade cultural, a pura retórica, o conservadorismo e a propensão para fáceis correntes, sempre fruto da preguiça e da angústia. O espírito severo do Partido não está em contraste com uma menta-

lidade aberta para o que é novo, antes se coteja e tempera em face dos problemas, com as várias e contrastantes tendências que se encontram na vida real e exigem respostas que apenas podem ser dadas com o empenhamento militante, o rigor moral, cultural e político, com a nossa seriedade. Tudo isto constitui o moderno espírito de Partido.

Companheiros e companheiras: ao concluir este relatório, queria limitar-me a formular o desejo de que a discussão e os trabalhos do nosso Congresso ofereçam aos trabalhadores, dêem a todo o país uma nova demonstração de que os comunistas estão conscientes da seriedade e da gravidade da situação que nos é posta, mas que também estamos todos decididos a empenhar as nossas energias e contribuir com todas as nossas forças e capacidades para o esforço unitário pelo objectivo difícil, mas realizável, de salvar e renovar a Itália.

(*L'Unità*, 19 de Março de 1975)

MOÇÃO POLÍTICA APROVADA PELO XIV CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO

Unidade das forças políticas e ideológicas do povo e da democracia italiana por uma profunda viragem democrática

1) O Congresso, trinta anos após o final vitorioso da luta de libertação, reitera a plena e operante fidelidade dos comunistas italianos aos valores da liberdade, justiça, paz, independência nacional, à ideia e ao compromisso de construir uma sociedade nova, de democracia aberta e pluralista, que hão-de configurar e dar força ao grande movimento popular, unidade ideológica e política à Resistência. Os comunistas continuarão a lutar como sempre com um espírito coerente e firme na inspiração e pelo programa da revolução democrática e antifascista, na defesa e consolidação das suas conquistas. Num momento que volta a ser crucial para a vida do nosso país, os comunistas exigem de todas as forças democráticas e populares uma igual coerência e firmeza nas suas orientações e na sua acção. Deve continuar a avançar-se pelo caminho que então se abriu e isto é necessário se se deseja libertar a Itália dos males e dos perigos de uma crise económica e

política de fundo; se se deseja extirpar das suas raízes o fascismo, os desejos e tentativas de subversão do regime e da ordem democrática; se se pretende empreender a tarefa, imprescindível e urgente, de salvação e renovação da sociedade e do Estado democrático.

A esta inspiração e a estes objectivos corresponde o propósito da profunda viragem democrática, para o que é preciso uma nova unidade das forças políticas e ideológicas do povo e da democracia italiana. Por isso, o Congresso definiu e confirmou a sua linha de "compromisso histórico", como perspectiva e empenhamento actual da luta dos comunistas; como proposta para renovar a direcção política do país e com o objectivo de realizar uma nova fase para o progresso e transformação democrática da sociedade italiana.

A validade, a força e a urgência crescente desta política derivam acima de tudo da realidade, do desenrolar dos acontecimentos no plano internacional e na Itália. No nosso país, a crise do tipo de desenvolvimento económico e das hipóteses neo-capitalistas, que se manifestaram já em 1968-69, foram-se agravando passo a passo pelos contragolpes da crise geral do sistema capitalista internacional, mas sobretudo pelos erros de direcção, no domínio económico e social, da Democracia Cristã e dos governos, pela sua vinculação com uma crise política e moral que, para lá das fórmulas de governo, mais afecta a concepção e os métodos de direc-

ção do país, acentua os desfasamentos e os desequilíbrios em todos os sectores, com o perigo de envolver mesmo as instituições. Fracassaram durante todos estes anos as tentativas da Democracia Cristã para encontrar soluções políticas à direita ou para recuperar a sua força através de lutas, como a do referendo, baseadas no dirigismo e no anticomunismo. Foram derrotados os projectos das diversas estratégias da tensão e da aventura que, apesar de tudo, deram possibilidades e ofereceram cobertura ao ressurgimento fascista e a outras formas de provocação criminosa, sem que possa colocar-se de lado a hipótese de serem novamente tentadas. O regresso, a partir de 1973, a governos de centro-esquerda, confirmou que esta fórmula é inadequada e se encontra irremediavelmente em decadência. Do mesmo modo, o actual governo não parece estar em condições de dominar a crise, de empreender processos novos de saneamento e de reactivação da vida económica e política. Por isso, tornou-se preponderante e bem aguda neste período a contradição entre os processos, a direcção política e os problemas e exigências do país. Nesta situação actuam forças consistentes, no plano político e no plano económico que se opõem obstinadamente a qualquer mudança, que não hesitam em recorrer a manobras de divisão e de diversão e em jogar a sua cartada na aventura e no embate frontal. Contra tudo isto surgiu e revela-se agora uma realidade nova da força, da combatividade e da unidade do

movimento operário e das suas organizações no empenhamento e na acção a favor de uma política de programação e de reformas; evidencia-se mesmo a firmeza e o vigor da consciência democrática e antifascista perante situações trágicas e os tremendos desafios; a elevada maturidade civil e moral, a vontade de participação do nosso povo, da classe operária, dos trabalhadores, especialmente das mulheres e dos jovens, expressa claramente no referendo e nas eleições a nível escolar; a extensão e fortalecimento de um amplo e novo tecido democrático na sociedade civil, a vida produtiva e cultural; a existência e aumento das experiências unitárias entre forças políticas democráticas. Na verdade, a exigência de mudança dimana das coisas e das consciências, da própria consciência que se vai alargando, do carácter dramático da situação e da urgência de um compromisso e de uma tarefa de salvação e de avanço, da vontade e das lutas das grandes massas de trabalhadores, cidadãos, mulheres e jovens.

Ora, deste processo de maturidade democrática e da vontade de mudança, em que os comunistas desempenharam um papel fundamental, são um indício relevante os progressos, o crescimento da força organizada, do consenso, da autoridade política e moral do Partido Comunista Italiano. Entre os novos factores que assinalam uma mudança de situação, no clima e nos termos da luta política em Itália, devemos referir os golpes que sofreram a ideologia e a prática do anticomunismo; o reconhecimento, sem dúvida, cada vez mais amplo e claro da realidade e da função que cabe ao Partido Comunista italiano, não apenas como uma grande força operária, popular e democrática, mas como parte constituinte e garante da República e do regime democrático, sem cuja contribuição não é possível promover hoje e dirigir uma política de reforma da economia e da sociedade e de democratização do Estado.

O Partido Comunista italiano possui uma aguda e bem definida consciência das responsabilidades que lhe cabem e daquelas que reivindica. Todas as referências políticas e programáticas do Congresso confirmam e corroboram, na sua autenticidade e originalidade, essa concepção do avanço democrático e socialista em que desde há mais de trinta anos se baseia a luta dos comunistas italianos. As inovações relevantes de hoje seguem no mesmo caminho. Trata-se do desenvolvimento pensado e corajoso da ideia, já formulada na Resistência, de uma democracia nova e organizada, a concretizar-se dentro da plena independência e autonomia nacional, mediante um processo orgânico de reformas democráticas na economia, na organização do Estado, no campo intelectual e moral com uma política de vastas alianças em que se exprima a função dirigente das classes trabalhadoras e com o esforço unitário, dentro de um regime de pluralismo político, social e ideológico, das grandes forças representativas das massas trabalhadoras e populares.

A perspectiva geral, os objectivos imediatos, definidos pelo Congresso, as lutas que se devem travar para os conseguir, tudo tende a um fim demasiado importante: salvaguardar os interesses essenciais dos trabalhadores e do povo italiano, satisfazer as exigências de progresso, de liberdade e de paz do nosso país.

Contra a necessidede primordial de fazer com que a Itália abandone rapidamente a crise, a desordem, a decadência, chocam as posições e tentativas do governo democrata-cristão, a que se aliam outros sectores políticos, desde a direcção social-democrata aos liberais. Trata-se de uma linha política estreita, mesmo para a Democracia Cristã, mas é sobretudo uma tentativa irresponsável, do ponto de vista dos interesses e das necessidades do país, obstinar-se no velho esquema da ruptura, da contraposição capciosa e do confronto faccioso com o Partido Comunista italiano. Para isso tendem as iniciativas feitas para relançar a discriminação anti-comunista, com o renovar dos artifícios do "tacticismo" do Partido Comunista italiano, com a tese absurda da cristalização preconcebida dos papéis e das formações políticas e com o jogo pouco apreensivo, mas inútil, de substimar as responsabilidades da Democracia Cristã, tanto as suas responsabilidades históricas como as actuais. Por isso, eles agarram-se a teorias desacreditadas e perniciosas como a dos "opostos extremismos", esgrimem bandeiras conservadoras e autoritárias. Por isso,

não hesitam em deformar as posições do Partido Comunista italiano, acerca das vicissitudes do movimento operário internacional, recorrendo uma vez mais à distorsão e à instrumentalização dos factos.

Esta política de atrofia, imobilismo e procura de um choque frontal tende a defender os interesses dos grupos económicos privilegiados e o sistema de poder da Democracia Cristã. O Congresso do Partido Comunista italiano responde, em contrapartida, com uma elevada perspectiva de renascimento nacional, com um projecto e um programa de transformação democrática da sociedade, com a indicação de um método na luta política e no gover-do país — que superando definitivamente as posições preconcebidas contra o Partido Comunista italiano, faz fincapé, no diálogo, na confrontação, na unidade da sociedade civil, nas organizações e instituições domocráticas —, que é essencial para mudar e para conseguir que todas as coisas funcionem.

O Congresso do Partido Comunista italiano responde pelo reiterar do valor e da actualidade da luta no sentido de consolidar um entendimento, uma aliança política entre socialistas, comunistas e democrata-cristãos, e mesmo com outras forças populares e anti-fascistas, de tendência católica e de tradição laica e democrática, capaz de oferecer ao governo do país as mais amplas bases de apoio, a força e autoridade necessárias para superar a crise e fazer progredir a Itália.

Actuar em favor do alargamento e da cooperação internacional

2) A viragem democrática é uma exigência nacional, é uma opção de perspectiva política e de govêrno sobre a qual devem decidir livremente os italianos. Não existem inibições que possam ser aceites, não há beneplácitos que seja necessário pedir fora das nossas fronteiras. Mas a autonomia e a liberdade de decisão, que é preciso firmemente reivindicar, não significam em absoluto que a linha proposta pelo Partido Comunista italiano constitua um facto meramente interno e se encerre no horizonte italiano. Pelo contrário, imana da mais atenta e realista valorização do desenrolar dos problemas na Europa e no Mundo, da crise económica, dos imensos problemas que afligem hoje toda a Humanidade. Propõe como exigência de fundo e como objectivo primário a todas as forças democráticas e ao nosso país, o progresso do alargamento e a construção de um sistema de cooperação mundial.

A crise que afecta o sistema e os países capitalistas tem um carácter de fundo e estrutural. Está destinada a permanecer e a tornar-se até mais grave,

mesmo para lá das eventuais fases de reactivação conjuntural. Os progressos, a solidez económica e moral dos países socialistas, o avanço em todo o Mundo dos novos países, a combatividade e o impulso renovador da classe operária, marcam uma mudança de fundo das relações de força e indicam que na actual fase histórica não existem saídas reais e positivas, se se não actua no campo do alargamento, da coexistência e da cooperação dentro de uma visão unitária e global dos problemas da Humanidade e para os objectivos de libertação, independência, soberania nacional e desenvolvimento de todos os países.

Nessa perspectiva, no entendimento e no esforço unitário em realizá-la por parte das forças socialistas, comunistas, católicas e laicas, que na Itália e na Europa ocidental representam o eixo das classes trabalhadoras e populares, as tendências democráticas mais abertas e progressistas, reside hoje a defesa e a garantia efectiva contra os perigos de conflitos catastróficos, contra a tentação e as tentativas mais ultras do imperialismo em bloquear os caminhos da coexistência e do desarmamento, em entorpecer a solução pacífica dos conflitos ainda abertos no Médio Oriente, no Vietname, no Cambodja e contra os perigos e marginalização do nosso país e da Europa Ocidental.

Nesta linha de participação, de estímulo responsável na direcção de uma mudança, superação da lógica e na organização dos blocos, construção

de novos equilíbrios e de novas relações que favoreçam a paz, a cooperação e a integração nacional, afirma-se e garante-se a independência, a segurança e o porvir do nosso país, defende-se a função, o peso e a autonomia da Europa Ocidental. Para propiciar e estimular estas perspectivas, o Partido Comunista italiano afirma que não coloca o problema da saída da Itália do Pacto do Atlântico, em coerência com uma perspectiva realista que tende a favorecer o alargamento e a envolver neste processo forças muito amplas capazes de realizar concretamente a superação dos blocos e a sua dissolução. Por isso, reiteramos o papel decisivo do problema da Europa: objectivos essenciais são a realização de entendimentos e acordos para medidas de desarmamento, pela segurança e a colaboração pan-europeia; a democratização da Comunidade Económica Europeia, a sua unidade e autonomia em relação aos Estados Unidos e à União Soviética e a sua activa participação no diálogo entre as duas maiores potências; a procura de uma nova relação de amizade e cooperação com os países do Terceiro Mundo, especialmente da área mediterrânica. Para isto é preciso que haja na Europa Ocidental um posterior desenvolvimento da democracia. Deve pôr-se termo ao regime franquista, tarefa que não respeita apenas às forças democráticas e antifascistas espanholas. Deve impedir-se qualquer tentativa de regresso fascista e reaccionário na Grécia e em Portugal e ao mesmo tempo actuar para que nestes países se desenvolva plenamente a democracia.

Nós, comunistas italianos, temos seguido e continuamos a seguir com profunda participação e preocupação os recentes acontecimentos em Portugal. Reiteramos em primeiro lugar a nossa concepção da luta para avançar dentro da democracia para a construção de sociedades socialistas nesta zona do Mundo e recusamos firmemente qualquer tentativa de deformar uma inspiração histórica e ideológica posta em prática ao longo de trinta anos de lutas democráticas.

Carecem de motivos para dar lições de democracia aqueles que nunca ergueram a sua voz contra a ditadura salazarista; que os comunistas portugueses combateram energicamente, pagando com elevados sacrifícios e até com o seu próprio sangue. Muita gente finge ignorar e esconder que cinquenta anos de fascismo e de colonialismo não deixaram uma grave herança, um vazio de estruturas e de organizações políticas democráticas, de atraso e de obscurantismo. Ora, tudo isto pesa hoje negativamente sobre Portugal e deixa em aberto o perigo de um regresso reaccionário e fascista que é preciso recusar no interesse de Portugal e da Europa. O próprio facto de a derrocada do regime salazarista se ter produzido fundamentalmente por iniciativa de forças militares, ao mesmo tempo que constitui para elas um indesmentível título de mérito, também lhes coloca grandes e delicados problemas, bem como certas interrogações acerca da organização de um novo regime plenamente democrático. Os vazios que hoje existem devem ser superados com a participação na vida política e na dialéctica democrática das grandes massas e de todas as formações

políticas, com excepção desses grupos e desses expoentes fascistas e golpistas que são responsáveis por certos conluios contra a democracia.

Nós, comunistas, propomos estes objectivos e combatemos para que se prossigam, desde hoje e com firmeza, pelo nosso país e pelo seu governo. O entendimento com os comunistas pode dar um novo e mais sólido alento à defesa dos interesses nacionais, à liberdade, à independência e à paz do nosso país, precisamente porque os comunistas, através de uma longa experiência de luta, têm afirmado estes princípios e os valores da história, da civilização, da cultura italiana como património da classe operária e dos trabalhadores italianos. Estes princípios e valores tiraram a sua coragem e riqueza da experiência e do empenhamento internacionalista, que não separa a solidariedade do confronto aberto e do juizo crítico sobre a orientação e as opções de outros partidos comunistas e de outras forças socialistas e revolucionárias. Estes princípios e valores participam plenamente na concepção do socialismo, no caminho do avanço para o socialismo, que são próprias e que garantem a autonomia ideológica, política e de acção do Partido Comunista italiano.

Ampliar e alargar o movimento de luta, elevar o seu nível de combatividade

3. Uma profunda viragem democrática impõe-se, pois, como uma necessidade nacional. É um objectivo possível, mas ao mesmo tempo bastante difícil. Para o atingir não é suficiente uma manobra política, embora fosse a mais hábil e inteligente. É necessário que haja um posterior deslocamento das forças reais, de orientação das grandes massas, uma mudança nas relações políticas; é preciso ampliar e alargar o movimento da luta, elevar o seu nível político, a sua combatividade, a sua coesão. Estamos bem conscientes de que avançamos para uma fase de duras provas e de sérios compromissos. O desfecho será vitorioso se a defesa corajosa e intransigente das conquistas da classe operária e das condições de vida das grandes massas souberem unir e fortalecer a extensão do tecido democrático do país, a defesa das instituições, o saneamento e a renovação de toda a vida nacional.

Os italianos aperceberam-se, hoje, com preocupação e indignação dos riscos e dos perigos da desordem, da subversão reaccionária, das acções criminosas de grupos e bandos de aventureiros e provocadores; têm em conta os sintomas da desorientação, as deficiências e os prejuízos que se produziram nos próprios aparelhos e serviços de segurança e ordem pública; dos exemplos clamorosos

que provêm de arbitrariedades, da corrupção e da impunidade. Não se deve tolerar que forças e homens políticos que tiveram durante dezenas de anos as maiores responsabilidades no governo imputem agora aos outros o descrédito do Estado, tentem encobrir os seus erros de direcção política e ideológica e continuem a oferecer a simples panaceia de medidas agressivas e repressivas. Os problemas de ordem, da segurança, da legalidade democrática, do correcto, rápido e eficiente funcionamento do Estado, das suas instituições e agudeza que nenhuma força política e muito menos a Democracia Cristã pode enfrentar com atitudes partidárias e jogos políticos ou de mera propaganda. Não existem soluções válidas, justas e eficazes se não se garante um orientação geral democrática. Não é possível resolver o problema da ordem pública se não se empreende, com firme vontade, o processo de democratização do Estado, dos seus poderes e dos seus aparelhos, de moralização e saneamento da vida pública, pondo termo a formas de governo contaminadas pela corrupção, pelo caciquismo e pela impunidade. É necessário insistir neste caminho e, para tal, necessita-se também do compromisso activo, da mobilização e da iniciativa dos trabalhadores, dos partidos democráticos, das organizações populares e dos elementos da administração local.

A primeira exigência que surge peremptóriamente é hoje a da luta fundamental contra o fascismo. Trata-se de sufocar a violência, reprimir as manifestações de apologia e de propaganda fascista, dissolver a vaga de organizações terroristas e bastiões fascistas. Trata-se de isolar política, clara e permanentemente, e em todos os lugares, o M.S.I., retirando-lhe força e aprofundando a actual crise de um partido que para a esmagadora maioria dos italianos tem evidentemente uma ligação histórica e política com o passado regime fascista e a sua inspiração antidemocrática e subversiva.

A classe operária e o movimento democrático, com a sua luta unitária, com a vigilância e a mobilização de massas, demonstraram já claramente a sua vontade de travar o passo a qualquer ressurgimento fascista, de seguir pelo caminho da democracia. Nesta luta, nesta vigilância e nesta mobilização, da qual os comunistas italianos fazem parte integrante, radica a garantia mais firme da Constituição e das instituições surgidas da Resistência, radica a força decisiva para extirpar as raízes do fenómeno neo-fascista e eliminar esta presença e a ameaça reaccionária.

Mas a luta contra o fascismo é também uma imediata obrigação constitucional dos poderes do Estado: o primeiro e mais urgente problema de ordem pública. A República deve aplicar sem equívocos e sem hesitações a força e o rigor das suas leis e adequá-las como é necessário para retirar o direito de cidadania política àqueles que não têm nem devem ter esse direito. Nesta acção se avalia hoje, acima de tudo, a autoridade do Estado democrático; na oportunidade e eficácia desta acção

reside a condição primordial para que o Estado democrático possa sacudir com severidade e rapidez qualquer outra forma de violência e de terrorismo, quaisquer que sejam os motivos ou a máscara política e para que possa enfrentar, com a energia necessária, as crescentes manifestações de criminalidade. As classes trabalhadoras deram a maior contribuição para a garantia da democracia e estão predominantemente interessadas em actuar e avançar no terreno democrático. Das organizações dos trabalhadores procede a exigência de se não vacilar, de se actuar a sério para que o governo e o parlamento definam as medidas adequadas e procede ainda a advertência de que todas as medidas revelem uma coerência, carácter orgânico, inspiração democrática e constitucional.

A defesa do Estado democrático comporta a mais ampla afirmação da democracia. Por isso, reiteramos que o Estado democrático pode ser forte e vital se assentar na confiança e na iniciativa das grandes massas de cidadãos e das suas organizações; se se serve da vontade de participação que cada vez emerge mais destacadamente em todos os sectores da sociedade; se reforça o tecido democrático cada vez mais embaraçado no país, embora mediante formas originais de participação e de organização, mesmo através da sua relação orgânica com as instituições representativas; se reconhece às Regiões e às Autarquias Locais todas as suas funções e os seus poderes dentro de uma perspectiva do ordenamento do Estado que se não reduza aos seus aparelhos centrais, mas se articule e se descentralize segundo os princípios constitucionais; se neste plano se garantem plenamente os direitos civis e políticos e os das minorias nacionais.

O custo da crise não deve recair sobre as classes trabalhadoras e populares

4) A situação do nosso país foi-se agravando no domínio económico e social por culpa do governo, porque ao peso da inflação se juntaram os danos de uma política deflacionária, levada a cabo de forma indiscriminada, que afecta o emprego, determina uma queda preocupante dos investimentos produtivos, acentua os desequilíbrios entre Norte e Sul. A resistência e as intensas lutas da classe operária contrariaram positivamente este processo e permitiram obter conquistas significativas em defesa dos rendimentos mais baixos, na procura interna e no emprego. Claro, continuam a existir contradições de fundo que marcam o carácter insustentável da política económica desencadeada e agravada pela inércia e a falta de vontade de querer evitar as sabotagens, as especulações, as fugas fiscais.

Nós, comunistas, combateremos para impedir que o desenrolar da crise recaia sobre as classes trabalhadoras e populares. Para vencer essa crise é

preciso realizar um pesado esforço, que apenas pode ser pedido se as perspectivas políticas e económicas estiverem em condições de propiciar desde já a construção de uma sociedade renovada e justa.

A tarefa que o movimento operário e democrático deve enfrentar para que o país saia desta situação cada vez mais perigosa consiste neste momento em lutar para passar da tentativa de reestruturação aplicada, seguindo a lógica capitalista, a um processo de consciente reconversão produtiva que, por um lado, saiba orientar-se para as necessidades da cooperação internacional e para as novas possibilidades que determina e, por outro lado, saiba utilizar mais rigorosamente os recursos no interior para satisfação das necessidades das massas e permita assim, de forma mais elevada e alargada, de forma mais económica, os consumos colectivos. Encarar a superação da questão meridional, com as alterações que comporta em todo o tipo de desenvolvimento, é mais que no passado a medida válida para qualquer opção económica. Com os olhos postos nestas medidas e examinando criticamente as experiências fracassadas do centro-esquerda, deve relançar-se sobre novas bases a política de planificação económica.

Para tal reactivação, é urgente concentrar os esforços e trabalhar com vontade sobre algumas prioridades essenciais (agricultura, transportes colectivos, construção de habitações económicas, edifícios escolares, energia) e empreender imediatamente, em função delas, alguns planos sectoriais que apontem uma nova orientação aos investimentos e ao mesmo tempo conquistem novos mercados. A crise de alguns sectores industriais poderá ser tanto mais rápida e facilmente superada quanto mais se derem a esses sectores novos pontos de referência (mecanização e industrialização da agricultura, modernização do aparelho estatal, componentes industriais para a construção, transportes públicos, etc.) e quanto mais a consciente utilização dos recursos souber evitar duplicidades, desvios e desperdícios.

Mas tudo isto exige que o sistema das participações estatais passe a ser um instrumento eficiente das opções do Parlamento; que seja revisto todo o sistema dos incentivos e subsídios estatais; que o sistema bancário estatal seja dirigido e utilizado efectivamente pelos poderes públicos democráticos; que se garanta decididamente o papel das autarquias locais; que se empreenda uma viragem radical para a renovação e a transformação da agricultura italiana.

Conseguir o apoio da mais ampla maioria para a renovação

5) A consecução dos grandes objectivos que os comunistas apontam para que a Itália saia da grave

crise que atravessa e para garantir a sua renovação, a necessidade de uma política de cooperação e de paz absoluta no campo internacional, de novos planos económicos e sociais, de pleno desenvolvimento da democracia e da participação popular, de novas conquistas civis e costumes, de ordenamentos mais livres, de cultura mais elevada e propaganda — impõem hoje mais do que nunca que se efectuem os mais amplos entendimentos e a mais larga convergência das forças políticas, populares e de camadas sociais distintas: uma grande política renovadora necessita de um acentuado conjunto de forças, de uma nova coragem para conseguir em seu favor o apoio activo da maioria mais ampla possível do povo. Por isso, os comunistas combaterão para que se vença toda a política de contraposição, de divisão e de discórdia e para que prevaleçam em todos os domínios os princípios, o método e a prática da unidade.

De resto, isto é possível se se tiverem presentes os grandes acontecimentos, mesmo recentes, que marcam no país o crescimento de uma consciência mais amadurecida, de um compromisso mais profundo, de uma organização democrática mais rica e mais sólida, de uma maior articulação dos processos unitários, mesmo em estratos e sectores das camadas médias do campo e da cidade que até agora pareciam estar afastadas.

Nestes últimos anos, emergiu ou voltou a colocar-se com particular agudeza — tanto em face do

tipo de desenvolvimento da sociedade italiana como em consequência da crise actual — toda uma série de problemas que afectam a sociedade civil e a sua relação com o Estado: desde os problemas da criminalidade aos da justiça, desde os dos direitos cívicos e do ensino massivo aos da condição dos jovens. E um destaque muito especial adquiriu o problema da emancipação feminina como questão essencial da renovação global da sociedade; da necessidade de uma mudança profunda do papel e da condição da mulher nos processos produtivos, na família, nas estruturas sociais. Esse realce deriva não só do atraso das relações existentes, mas também da consciência que se difundiu entre as mulheres desse atraso e da sua contribuição decisiva, de elaboração e de lutas unitárias que as mulheres impuseram para a transformação geral do país mais do que para a solução dos problemas da sua própria condição.

Nós, comunistas, estamos empenhados na primeira fila dessa luta, participamos na construção e fortalecimento do mais amplo e articulado tecido democrático em toda a sociedade com um objectivo essencial de renovação. Ao mesmo tempo, estamos convencidos de que é preciso evitar riscos e perigos possíveis de angústias corporativas, de desfasamentos sectoriais, de cisão entre lutas sociais e luta política geral, da perda de dimensão global dos problemas, de atitudes extremistas e simplesmente agitadoras: por outras palavras, de-

vemos evitar riscos e perigos possíveis de desmoralização, isolamento e desânimos secundários. Para evitar tais riscos e tais perigos, é necessário estabelecer uma sólida relação da articulação e autonomia do tecido democrático nos vários campos com uma linha geral, de perspectiva e de direcção política, que se subordine aos problemas globais do desenvolvimento económico, social, civil e político.

Nós, comunistas, partimos desta visão para reiterar a nossa posição e a nossa decisão de trabalhar por um sindicato unitário, o que não significa um sindicato único: a unidade orgânica, a autonomia do sindicato e a abertura dialéctica no seu interior, a unidade e a autonomia dos movimentos camponeses e cooperativos, são garantias para a democracia e o progresso no país e impõem-se tanto hoje como no futuro socialista.

Neste entrelaçar de problemas se revela também em toda a sua gravidade um aspecto fundamental da crise política italiana, que não é só uma crise de fórmulas de governo e de alianças de partidos, mas é também, e ainda mais fundo, o resultado da incapacidade das forças dominantes para captar o que há de novo na situação, para exprimir uma correcta relação com ela e uma adequada síntese política, para exercer uma real função dirigente. Portanto, trata-se da crise de um sistema de poder e de um modo de governar, em que se esgotou também a experiência do centro-esquerda. E também da crise actual da Democracia Cristã.

Claro, seria um erro reduzir — sobretudo em Itália — a questão católica à própria questão democrata-cristã. A abertura de negociações para a revisão da Concordata entre o Estado italiano e o Vaticano, o desassossego profundo da organização da Igreja e o mundo católico, o aparecimento e materialização de tendências e movimentos que exprimem, fora das tradicionais mediações políticas, a exigência de uma nova vinculação com o mundo moderno, uma forma distinta de encarar os grandes problemas da paz, a emancipação dos povos, das classes trabalhadoras, de relações económicas e sociais mais justas, abrem ao movimento operário e especialmente aos comunistas um terreno fecundo de iniciativa e de confrontação. Neste sentido, nós, comunistas, levaremos a cabo a nossa iniciativa com a inspiração que nos é própria para encontrar o entendimento de soluções positivas e recusar qualquer forma de dirigismo, intolerância e confronto, para plenamente afirmarmos o carácter laico do Estado.

Mas isto não impede que, em termos mais imediatamente políticos, a questão central seja a da crise da Democracia Cristã e da sua relação com a sociedade e o Estado. A actual direcção da Democracia Cristã procura responder a esta crise com uma política que não só aprofunda essa crise, mas ao mesmo tempo agrava os problemas do país; uma política retrógrada que não avança, não aponta os caminhos da renovação e choca cada vez mais,

mesmo dentro da Democracia Cristã, com oposições declaradas e certas reservas, com dúvidas e interrogações sempre mais extensas naqueles que se mostram conscientes das responsabilidades que derivam da entidade e qualidade dos apoios que até agora mereceu este partido em todo o país. A luta apertada contra a política e as orientações actuais da Democracia Cristã e para conseguir que prevaleçam em todo esse partido orientações coerentemente democráticas, antifascistas e reformadoras apenas pode fundamentar-se numa linha de ampla unidade democrática e popular.

O centro essencial da nossa perspectiva é, em primeiro lugar, a mais profunda unidade política e ideológica da classe operária e dos seus partidos: precisamente porque estamos persuadidos do papel essencial do PS italiano na esfera política italiana, nós, comunistas, reiteramos que nas lutas conjuntas das massas trabalhadoras, bem como nos debates e confrontações dos dois partidos deve ganhar maior consistência e fortalecer-se mais a relação unitária entre o PCI e o PSI, o esforço comum para se situar do ponto de vista dos interesses gerais do movimento operário e do país e favorecer os mais largos entendimentos democráticos. E a experiência do centro-esquerda, a sua complexidade e as dificuldades da luta para concretizar a renovação e a transformação democrática da sociedade italiana, as resistências que se devem vencer para determinar no seio da Democracia Cristã um efectivo e pro-

fundo sentido de mudança de perspectivas — é tudo isso, afinal, que nos leva a considerar inadequadas as soluções que tendem só a mudar as relações entre o PSI e a Democracia Cristã e não encarem em pleno o problema da participação do conjunto das classes trabalhadoras e dos seus partidos na direcção do país.

Volta, pois, a colocar-se no centro do problema da crise política do nosso país a questão daquilo a que nós, comunistas, chamamos o "compromisso histórico": ou seja, a proposta política certamente mais idónea para interpretar a aspiração cada dia mais evidente para uma real e próxima mudança em todos os domínios, mas que nem sequer se esgota no problema — embora muito decisivo — da presença do Partido Comunista italiano na maioria e no governo. O "compromisso histórico" revela-se como uma estratégia, que consideramos válida para o nosso país, e como um método que já nos revelou que, pelos próprios factos, é o único praticável se se desejam dar passos em frente e resolver todos os problemas. ao mesmo tempo, a linha do "compromisso histórico" não pode e não deve ser entendida como uma fórmula cristalizada, que imobiliza as relações políticas e fecha o campo a outros partidos democráticos, mas como um processo que compromete todas as forças, dentro da sua autonomia e das suas particularidades, em alargar e renovar a democracia, em enfrentar e ajustar as suas contas com as grandes questões do nosso

país, como um terreno mais avançado de luta e como um verdadeiro desafió, cujos objectivos são a salvação e o renascimento da Itália.

As proporções da crise e as dificuldades que devem superar-se para conseguirmos os objectivos propostos não requerem apenas esforços excepcionais, mas exigem também que se estabeleça a luta no campo cultural e ideológico que, como foi apontado na resolução do Comité Central, em Janeiro de 1975, situe no seu centro o problema das orientações gerais de grandes massas populares, dos instrumentos que contribuem para os formar (desde o ensino à imprensa, à rádio e televisão), do papel que corresponde nesta luta aos professores e estudantes, aos cientistas e aos artistas, a todas as forças intelectuais progressistas. A hegemonia da classe operária, mesmo no plano ideológico, não está em contradição com os princípios que nós afirmamos solenemente do pluralismo, da autonomia da cultura e da liberdade de investigação, já que precisamente na concreta realização destes princípios se pode garantir uma cultura nova e mais profunda, se realiza a emancipação ideológica das classes trabalhadoras, se difunde a nível das grandes massas uma concepção positiva, crítica e racional dos problemas actuais e das suas perspectivas futuras.

O peso das próximas eleições regionais, provinciais e municipais

6) A linha e a perspectiva indicadas pelo congresso do Partido Comunista italiano impõem, para se poderem confirmar, que se desencadeiem grandes lutas sociais, políticas e ideológicas, se desenvolvam os processos unitários em todos os campos.

É evidente a importância extraordinária que adquire na actual situação a renovação dos conselhos regionais, provinciais e municipais. O Partido Comunista Italiano reitera a indesmentível necessidade de que as eleições se realizem nos prazos fixados pela lei, o governo marque o mais depressa possível a data, como é seu dever e como se impõe, para impedir qualquer manobra de adiamento e qualquer tentativa de crise e de dissolução das Câmaras. O Partido Comunista Italiano reitera que nas eleições devem participar, segundo a vontade do Parlamento, os jovens de 18 a 20 anos; compromete-se e exige que igualmente se comprometam todos os partidos democráticos para que a batalha eleitoral decorra num clima civil, de confrontação aberta e real que favoreça a participação e o mais responsável juizo e decisão popular sobre as efectivas e relevantes questões que estão em jogo.

Perante a opinião dos italianos se encontra agora o balanço da primeira experiência da institui-

ção e dos governos regionais, da relação entre as Regiões e o Estado e os elementos da administração local. Os comunistas participam nesta luta com os resultados positivos obtidos da sua administração correcta, na abertura democrática das regiões em que estiveram como força de governo e com a persuasiva validade de uma orientação geral que procurou afirmar, contra a persistente política centralista e burocrática, a função nova e essencial das regiões e as autonomias locais para a renovação da economia e da vida social e civil do nosso país. O que se decide nestas eleições é se as regiões, as províncias, os municípios devem ou não desempenhar o papel e os poderes estabelecidos na Constituição e revelar se são necessários para se tornarem centros de incremento da democracia e da participação popular, articulações do Estado também responsáveis pelas decisões gerais no domínio económico e social. O que se decide é se deve ou não impor-se no nosso país uma correcta concepção da democracia, como afirma a Constituição, se a formação das maiorias e dos governos nas regiões, províncias e municípios deve ou não revelar-se com base na vontade dos eleitores, das posições programáticas, dos possíveis entendimentos entre as forças democráticas sem imposições preconcebidas de alianças, sem vínculos de homogeneidade impostos de cima. O que se decide com as eleições, é a possibilidade de levar a cabo uma nova unidade, construir novas maiorias das forças democráticas,

populares e progressistas. Nós, comunistas, daremos à campanha eleitoral a importância e o realce de uma grande batalha de maturidade da própria unidade, de ampliação da democracia, de garantia de um novo modo de entendimento político e de governo dos assuntos públicos enfim, da renovação do Estado.

Por estes objectivos, por um novo e forte avanço do Partido Comunista Italiano, o Congresso exorta ao compromisso, à iniciativa, ao trabalho mais profundo e alargado de todas as organizações e de todos os militantes comunistas.

(*L'Unità*, 25 de Março de 1975)

INDICE

Relatório apresentado no XIV Congresso Nacional (13 de Março de 1975) 7

I — A necessidade mais premente do mundo actual: construir um sistema de coexistência pacífica e de cooperação entre todos os países . . 13

II — O objectivo que deve unir todas as forças populares e democráticas: superar a grave crise que afecta a Itália e ameaça o seu futuro como nação livre e progressista 51

III — As eleições regionais e municipais. 109

IV — A evolução do nosso partido e as suas novas responsabilidades. 117

Moção política aprovada pelo XIV Congresso Nacional do Partido Comunista Italiano 133

EDIÇÕES ANTÍDOTO
Obras publicadas

Colecção "Biblioteca Comunista"

1. Espanha Abandonada, *M. Casanova*
2. A China Antes e Depois de Mao, *E. Mandel, Rousset, Rossi, Wu e Lew*
3. A Luta Pela Democracia Socialista na União Soviética, *E. Mandel*
4. A Quarta Internacional, *Pierre Frank*, (no prelo)
5. A Actualidade de Rosa Luxemburgo, *Norman Geras* (no prelo)

Clássicos Antídoto

1. A Questão Parlamentar e a Internacional Comunista, *Zinoviev, Lenine, Trotsky, Bukharine e Bordiga*
2. A Revolução Permanente na Rússia, *L. Trotsky*
3. O Materialismo Histórico, *Franz Mehring*
4. Problemas da Guerra Civil, *L. Trotsky*
5. O Papel do Indivíduo na História, *Plekhanov*
6. Introdução à Filosofia da Praxis, *Gramsci* (no prelo)

Colecção "Marxismo Vivo"

1. A Teoria Leninista da Organização, *E. Mandel*

Colecção "Argumentos"

1. Sobre o Fascismo, *E. Mandel*
2. Nome: Lenine; Profissão: Jornalista (Lenine e a Imprensa Revolucionária), *Madeleine Worontzoff*
3. Teoria Marxista do Estado, *E. Mandel*

4. Do "Compromisso Histórico" ao Eurocomunismo, *Enrico Berlinguer*
5. Crítica do Eurocomunismo, *E. Mandel* (no prelo)

Cadernos Antídoto

1. O 25 de Abril e a Revolução Socialista em Portugal e Colónias, *E. Mandel*
2. A Agonia do Franquismo e as Tarefas da Revolução Espanhola, *Resolução do Secretariado Unificado da IV Internacional*

Colecção "Economia e Socialismo"

1. Sobre o Imperialismo, *Jacques Valier*
2. O Capitalismo em Crise, *E. Mandel* (no prelo)

Obras de L. Trotsky

1. A Revolução Desfigurada
2. A Revolução Traída
3. A Revolução Permanente
4. O Programa de Transição (no prelo)

Fora de Colecção

Introdução ao Marxismo, *E. Mandel*
A Resposta Operária à Inflação, Desemprego e Imigração, *E. Mandel, P. Bailey, L. Maintan, e C.A. Udry*
A Resposta Socialista à Austeridade, *Textos da I Conferência Operária e Sindical da LCI.*
A Revolução Portuguesa numa encruzilhada, *Teses do III Congresso da LCI*
Construir a Liga para Construir o Partido, *Teses do IV Congresso da LCI*
Os SUV em Luta

Este livro foi composto e impresso na Gráfica Nova Esperança em Novembro de 77

Muitos vêem no «compromisso histórico» essencialmente a proposta de uma nova aliança e fórmula de governo que abranja o Partido Comunista italiano. Nesta interpretação capta-se, sem dúvida, um elemento essencial do «compromisso histórico», porque não seria decerto novidade de pouca importância chegar hoje a uma maioria parlamentar e de governo que incluísse a grande força renovadora do Partido Comunista. Mas essa interpretação não engloba inteiramente o alcance e não exprime todos os aspectos da linha do «compromisso histórico». A questão da participação do Partido Comunista italiano na área de governo é, realmente decisiva, mas entretanto reiteramos que estamos sempre dispostos a assumir as nossas responsabilidades e repetimos uma vez mais que o momento em que essa possibilidade se há-de realizar não depende apenas de nós. Não somos nem seremos nunca nós a impormos tal solução e, pela nossa parte, nem sequer temos pressa. Em todo o caso, a urgência é objectiva, está nas próprias coisas, está na gravidade da crise que o país atravessa. Temos perfeita consciência dessa urgência e acreditamos que não somos os únicos a senti-la embora saibamos que o caminho para uma nova maioria de governo não pode ser fácil, dado que, mesmo para a participação nessa maioria, nós temos também condições a colocar.

....

O «compromisso histórico» é certamente **também** uma proposta, mas no sentido mais amplo e mais elevado porque se dirige, mais do que aos partidos, a todos os cidadãos de sentimentos democráticos, enfim, a todo o país. Mas também e precisamente por isso preferimos utilizar o termo de **estratégia**, e de uma estratégia não só para o PC italiano, mas para todo o país, a fim de conseguir que a Itália saia da crise, para a renovar, para salvar e desenvolver a democracia. Neste sentido, o «compromisso histórico» é um terreno mais avançado de luta e é ao mesmo tempo um desafio que o Partido Comunista lança a todas as outras forças democráticas, sobretudo àquelas que se obstinam em manter a vida política do país dentro de velhas fórmulas, mas que revelam de comum a insuperável debilidade de terem sido todas elas experimentadas durante muito tempo e até repetidamente, embora todas elas tivessem fracassado. (pp. 76-77)

EDIÇÕES ANTÍDOTO

LISBOA